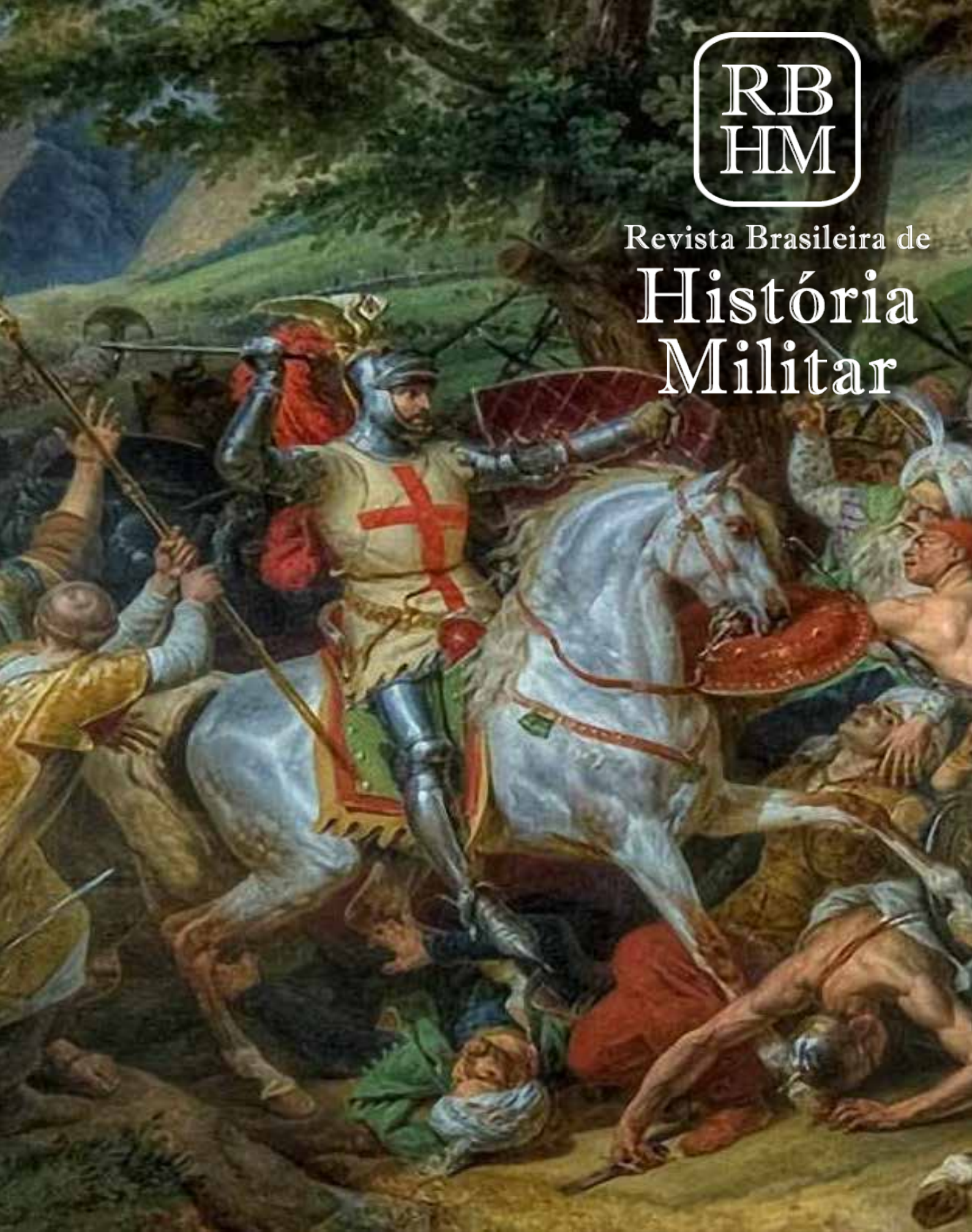




Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



Ano I - N° 02  
Agosto 2010



# Editorial

Neste número, além da entrevista com o renomado autor de **Maldita Guerra**, o professor Francisco Doratioto, contamos também com a participação do professor Ricardo da Costa, responsável pela revista eletrônica Mirabilia, dedicada a publicação de artigos sobre antiguidade e idade média e com a presença do professor Paulo Cesar Possamai, da Universidade Federal de Pelotas, autor do livro *A Vida Cotidiana na Colônia de Sacramento*. Contamos ainda, com o pesquisador cearense Raimundo Hélio, que tivemos o prazer de conhecer na última edição da ANPUH, realizada na UNIRIO e que nos brindou com um artigo sobre a participação de seus conterrâneos na chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os autores que disponibilizaram seus trabalhos para publicação e aos integrantes de nosso Conselho Editorial pela confiança depositada. Esperamos corresponder, trabalhando para manter aberta esta janela de divulgação para aqueles que se dedicam a tratar da História Militar.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável



## Imagem nesta página:

“Batalha de Las Navas de Tolosa”, obra do pintor francês Horace Vernet. Óleo sobre tela, pintado em 1817, que retrata um dos episódios mais importantes das guerras de reconquista da Península Ibérica, batalha na qual as forças cristãs venceram os muçulmanos em 1212, considerada como marco do início da derrocada árabe na Península Ibérica.

Acervo do Museu de Versalhes: <http://www.chateauversailles.fr/>



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Carlos Eduardo M. Gama  
Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000  
(21) 2537 6053 / 8896 7122  
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**Entrevista com o Professor Francisco Doratioto.....6**

*Carlos Gama e Cesar Machado*

**Amor e crime, Castigo e Redenção na Glória da Cruzada de Reconquista: Afonso VIII de Castela nas batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212)..... 12**

*Ricardo da Costa*

**Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia de Sacramento .....30**

*Paulo César Possamai*

**Entre Militares e Voluntários: Organização, formação e estrutura dos batalhões provisórios cearenses durante a Guerra de 1932.....49**

*Raimundo Hélio Lopes*

**Livro em Destaque.....66**

## ENTREVISTA COM O PROFESSOR FRANCISCO DORATIOTO <sup>1</sup>

Carlos Gama e Cesar Machado

**RBHM:** O fenômeno guerra como objeto de estudo, na afirmação do historiador português Nuno Teixeira Severiano<sup>2</sup>, foi abandonado pela história, mas continuou sendo abordado por outras ciências sociais, tais como a sociologia, ciência política e as relações internacionais, voltando ao Campo da história na década de 1960, em trabalhos como os de John Keegan.

O senhor concorda com essa afirmação?

E como analisa a posição atual da academia em relação à guerra como objeto de estudo da História?

**FRANCISCO DORATIOTO:** O surgimento da *École des Annales*, na década de 1930, bem como o fortalecimento da História Social e, ainda, do pensamento marxista no meio historiográfico, valorizaram as análises das estruturas sociais em detrimento da História Política que, à época, privilegiava a descrição de eventos e a atuação neles das individualidades. Isto também era feito no campo da História Militar, extensão dessa última, e, ademais, normalmente com caráter apologético.

As características e repercussões da II Guerra Mundial, bem como os diferentes conflitos das décadas de 1950 e 1960 – guerras de libertação nacional; Vietnã; Guerra dos Seis Dias, etc - levaram a uma retomada do interesse de estudiosos civis pela História Militar, até então restrita a ambientes militares. Hoje, na Europa e nos EUA, a História Militar tem sólida presença nos meios acadêmicos, mas no Brasil ainda encontra dificuldade em consolidar espaço próprio. Isto é resultado, em parte, da época do Regime Militar, que criou um abismo entre a universidade e os centros de formação de oficiais e de pensamento militar. A redemocratização eliminou o abismo mas ainda persistem alguns preconceitos, que dificultam o estudo da História Militar no ambiente acadêmico. Por outro lado, surgiram novos temas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em História, que desviaram a

<sup>1</sup> Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. É pesquisador do CNPq. Possui Graduação em História e Ciências Sociais pela USP (1979 / 1982), mestrado e doutorado em História pela Universidade de Brasília (1988 / 1997). É Professor Adjunto I, de História da América, no Departamento de História da Universidade de Brasília; atua no programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição e orienta no programa de Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores). É membro da Academia Paraguaya de la Historia; da Academia Nacional de la Historia da Argentina, e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Autor do Livro *Maldita Guerra*, publicado pela Cia das Letras (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=N61154>)

<sup>2</sup> “*A história militar e a historiografia contemporânea*”. In Revista A Nação e a defesa. Lisboa: IDN, 1991, ano XVI, nº 59, pp.53-71

atenção de temas tidos como tradicionais e vistos como pouco interessantes por supostamente terem explicações consolidadas. Contudo, isto em sido desmentido por novos trabalhos com temática econômica ou política, os quais têm trazido novos conhecimentos sobre nosso processo histórico, quer por utilizarem fontes primárias inéditas, quer pela releitura de outras já utilizadas e, ainda, pelo questionamento de paradigmas.

**RBHM:** Assim como seu livro *Maldita Guerra*. A obra de Frank D. McCann: *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937*, também é um trabalho muito consistente, apoiado em vasta pesquisa documental.

Como o senhor vê a participação dos chamados “*brazilianistas*” na historiografia militar brasileira?

**FRANCISCO DORATIOTO:** Vejo positivamente, afinal o que conta é a qualidade do trabalho de pesquisa e de análise do historiador e não sua nacionalidade. Ademais, o “olhar do outro”, ou seja, do historiador estrangeiro, é interessante, pois se de um lado ele não tem a mesma familiaridade com a sociedade brasileira que um nacional, por outra parte é despido de nossos preconceitos – por certo que terá outros – e pré juízos, o que pode levá-lo a questionamentos e explicações originais. A contribuição de McCann é um bom exemplo disso.

**RBHM:** A Obra: *Nova História Militar Brasileira*, organizada pelo Professor Celso Castro, da qual o senhor participou com um artigo sobre a ocupação brasileira do Paraguai, trata de temas muitos distintos, com capítulos que abordam desde estratégias militares na expansão da Fronteira na América Portuguesa entre 1550 e 1770 ou da composição do generalato brasileiro entre 1837 e 1850, até questões sobre relações entre o poder judiciário e militares após o golpe de 64 e outras sobre o cotidiano de soldados na Bahia na metade do século XIX e a prática de sodomia e homossexualismo por integrantes das forças armadas.

Em sua opinião, que se pese a dificuldade a delimitação de qualquer Campo da História, quais seriam os limites que definiriam o Campo da História Militar?

Ela deve estar de alguma forma relacionada com o fenômeno guerra ou podemos considerar

como História Militar, quaisquer trabalhos que tratem das instituições militares ou de seus integrantes, tanto em suas relações internas, quanto com a sociedade civil?

**FRANCISCO DORATIOTO:** Esse tema foi discutido com competência e profundidade no primeiro número desta revista por Marcos Guimarães Sanches<sup>3</sup>. Concordo com sua afirmação de que a História Militar não se esgota na guerra e que deve ser entendida numa perspectiva plural. Quando saiu publicado o livro “Nova História Militar Brasileira”, ouvi comentários de militares estranhando que se tratasse o tema do homossexualismo, pois afinal, a sexualidade não influenciaria a ação armada e, ademais, não é uma característica exclusiva de um setor da sociedade. Ocorre que a História Militar não se esgota no estudo da guerra ou, em tempos de paz, da preparação preventiva para ela por parte das Forças Armadas. Também se deve estudar a lógica e os valores do funcionamento interno das Forças Armadas, bem como as relações destas com a sociedade nacional de que faz parte.

Acrescento que o estamento militar tem valores específicos que não devem ser subestimados pela História Militar ou esquecidos quando do esforço de se contextualizar os militares, de inseri-los no processo histórico da sociedade de que fazem parte. Por exemplo, qualquer cidadão preocupa-se com sua honra, mas no caso do militar os referenciais dela (bravura, lealdade, disciplina, patriotismo, etc.) têm especificidade própria, quer quanto a conteúdo, quer quanto à intensidade. Para cumprir sua missão, o militar jura morrer pela Pátria, o que não é feito por qualquer outra profissão. Um professor de História, ao receber seu diploma, jura cumprir a Constituição brasileira e se compromete a ter comportamento apropriado (ético e pedagógico), mas não a morrer pelo país. Isso não quer dizer que uma profissão seja mais importante do que a outra, mas, sim, que para compreender a atividade militar deve-se estar atento às especificidades que lhes são inerentes.

**RBHM:** No livro História do Cone Sul organizado por Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport<sup>4</sup>, no capítulo IV: “Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX”, o senhor afirma que: *“Era objetivo do Império brasileiro no Prata manter internacionalizados os rios Paraná e Paraguai, cuja navegação permitia o contato regular entre a província de Mato Grosso e o resto do Brasil. Por outro lado, consciente de seu isolamento continental, não interessava à*

<sup>3</sup> Este artigo encontra-se disponível no primeiro número da RBHM e pode ser acessado através do link: <http://www.historiamilitar.com.br/index1.html>

<sup>4</sup> Editado pela Revam / UnB em 1998.



*Monarquia brasileira o surgimento, no sul, de uma potência republicana, vista como potencial ameaça militar e estímulo e eventuais movimentos republicanos no Brasil.*”

Diante da perspectiva política intervencionista e dos interesses econômicos do Império brasileiro na região do Prata, que análise o senhor faz da formação e organização das forças militares brasileiras antes de 1864?

**FRANCISCO DORATIOTO:** Nesse período, havia pouca preocupação com a Força Terrestre, pois se acreditava que o país, à exceção do Rio Grande do Sul, estava protegido pela realidade das fronteiras serem despovoadas, dos dois lados, e de haver “desertos verdes” que impediam a invasão terrestre por outro país. A Amazônia era impenetrável, impedindo significativa ação militar terrestre contra o Império ao norte e noroeste. Mesmo a fronteira com o Paraguai era praticamente despovoada e o Governo Imperial não via risco de um ataque militar paraguaio, por ser a região carente de riquezas e, ademais, haver grande diferença de poder militar e econômico favorável ao Brasil. A única fronteira sensível era com o Uruguai, para cuja defesa supunha o Rio de Janeiro ser suficientes os efetivos Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, devido a fraqueza do Estado oriental, que contava com escassa população e não possuía forças armadas. Enquanto isso, desde a independência, a Marinha de Guerra tinha sido vital para que o Governo brasileiro conseguisse expulsar as tropas portuguesas leais a Lisboa; para sufocar as rebeliões regenciais; para garantir a soberania sobre o vale do rio Amazonas e, ainda, para resistir às pressões britânicas contra o tráfico de escravos e ações abusivas de belonaves desta nacionalidade. Não vejo, no início da década de 1860, particularmente a partir de 1862 e até 1864, que as autoridades centrais brasileiras tivessem preocupação ou política coerente de defesa; mesmo Pedro II, centralizador e preocupado com os destinos do país, não gostava de assuntos militares e não lhes dava muita importância. Neste contexto e pelos motivos expostos anteriormente, o Exército estava desorganizado; carecia de competente cadeia de comando, de efetivos e de armamento necessários para conter a agressão paraguaia. A Marinha, pelos mesmos motivos, dispunha de mais recursos humanos e bélicos para a ação marítima, mas não estava preparada para operações fluviais, como ficou demonstrado pela dificuldade em agir contra a fortaleza paraguaia de Humaitá.

**RBHM:** O senhor retrata os anos 1880 e 1890, como um período caracterizado “(...) pela

*estabilidade nas relações inter-plantinas, inexistindo guerras ou tensões maiores na região, e pela aproximação entre Brasil e Argentina.” Mas, nesse mesmo período, o Império brasileiro enfrentou sérios problemas: déficits orçamentários, transição do trabalho escravo para o livre, a questão militar, as divergências com a Igreja e o fortalecimento da oposição republicana.*

Como o senhor entende os efeitos do pós-guerra no Exército brasileiro; a participação na conjuntura da política nacional e consolidação como instituição nas últimas duas décadas do século XIX?

**FRANCISCO DORATIOTO:** A dura campanha contra o Paraguai, fez com que o Exército dali retornasse com características antes quase inexistentes: espírito de corpo, auto-estima, além de um certo distanciamento do Poder Monárquico. Os oficiais voltavam com a percepção de que, durante a guerra, as lutas políticas no Brasil dificultaram a ação do Exército Imperial no campo de batalha e, por isso, passaram a ver depreciativamente os políticos tradicionais, os “casacas”, e, por extensão, houve o enfraquecimento do vínculo de lealdade em relação à Monarquia por parte de parcela dos membros da Força Terrestre. É comum se ler que o Exército voltou do Paraguai influenciado por ideais republicanos, adquiridos na convivência entre oficiais brasileiros e os aliados argentinos e uruguaios, cujos países eram Repúblicas. Contudo, é conhecida a dificuldade no relacionamento dos comandos aliados no Paraguai e, mesmo, as desconfiças existentes entre a oficialidade brasileira e argentina. Decididamente o ambiente no campo aliado não era propício para debate de idéias e à sedução pelo modelo republicano. Existia, isto sim, certo sentimento de superioridade do lado brasileiro, pois enquanto o Brasil Monárquico gozava de estabilidade política, a Argentina e o Uruguai, republicanos, conviviam com seguidas lutas internas. Este fato era utilizado, inclusive, no discurso da elite imperial para legitimar a Monarquia e há elementos para se crer que com ele concordava grande parte dos oficiais brasileiros na guerra. Se correto este raciocínio, a parte da oficialidade do Exército que derrubou a Monarquia tornou-se republicana depois da guerra e não como resultado direto de ter participado dela. Os motivos que levaram a essa mudança em favor da República foram: o excesso de auto-estima desses oficiais, que não se sentiam suficientemente recompensados pelos sacrifícios que fizeram no Paraguai; a falta de recursos financeiros para o Exército, devido ao déficit público, causado pelos gastos feitos com a guerra, e, ainda, o eficiente trabalho de propaganda desenvolvido pelos republicanos.

**RBHM:** Da década de 1960 até sua obra: *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*, o senhor afirma que “(...) o espírito acrítico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações “revisionistas” sobre a guerra do Paraguai, que mistificam Solano Lopez e responsabilizam o imperialismo britânico pelo conflito. Contudo, continuar a defender, hoje, essa interpretação somente pode ser resultado da ignorância histórica ou, então, da natural dificuldade de reconhecer o errado.”

Como o senhor qualificaria as últimas obras de historiografia militar, produzidas no Brasil?

**FRANCISCO DORATIOTO:** Adaptando uma expressão francesa, estamos no bom caminho. Historiadores de que se formaram na época da crise do Regime Militar e que tiveram maior liberdade intelectual com a redemocratização, foram, aos poucos, se dando conta da insuficiência das explicações revisionistas simplificadoras (aliás, será que o revisionismo não adquiriu o caráter de tradicional?) e buscaram respostas nos arquivos. Coloco-me como parte dessa geração, que rompeu com o ensaísmo frágil e foi às fontes primárias em busca de respostas. Hoje, há outra geração de historiadores que, formada após o fim da Guerra Fria e em ambiente democrático, tem ainda maiores condições intelectuais para estudar a História Militar. Esta ainda está engatinhando no panorama da historiografia brasileira mas, repito, está no bom caminho.

AMOR E CRIME, CASTIGO E REDENÇÃO NA GLÓRIA DA CRUZADA DE  
RECONQUISTA: AFONSO VIII DE CASTELA NAS BATALHAS DE ALARCOS (1195)  
E LAS NAVAS DE TOLOSA (1212)

Ricardo da Costa<sup>1</sup>



Escudo de armas da cidade de Évora (Portugal, século XIV)<sup>2</sup>

Na Idade Média, os homens iam para a guerra felizes. Existia uma grande polarização: enquanto os camponeses sofriam com as mortes e as devastações dos campos, os cavaleiros cantavam, caminhando e cavalgando ansiosos para a luta. A primavera era o tempo propício. Havia também um grande paradoxo: enquanto as flores desabrochavam e a natureza renascia do inverno hibernante, os

<sup>1</sup> Mestre e Doutor em História Social pela UFF (1997 e 2000), com dois Pós-Doutorados em "História Medieval" e "Filosofia Medieval" pela UIC (Universitat Internacional de Catalunya - Barcelona, 2003 e 2005). Professor Associado I da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Acadêmico Correspondente n. 90 da Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, Espanha (19-01-2006). Membro do "Institut Virtual Internacional de Traducció IVITRA" da Universitat d'Alicant (Espanha), do Grupo de Trabalho "Filosofia na Idade Média" da ANPOF e do "Principium" (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Filosofia Medieval, UEPB). Professor Efetivo do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Ufes (PPGFil).  
<sup>2</sup> O cavaleiro cristão empunha uma pesada espada. Acima dele, duas cabeças de muçulmanos degolados. Durante muitos anos, a cidade de Évora foi o centro militar de resistência contra os almôadas. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal - Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, s/d., vol. 2, p. 428.

poetas e trovadores do espírito cavaleiresco anunciavam a chegada da vida e o momento do combate. Por exemplo, Bertrand de Born (1159-1197) exaltou as flores e as folhas coloridas, as aves que cantavam e os cavaleiros que, felizes, gritavam “avante” em direção à morte<sup>3</sup>:

Depois de ter começado a lutar, nenhum nobre cavaleiro pensa em outra coisa a não ser romper cabeças e armas, melhor um homem morto do que um vivo e inútil (...) Barões, é melhor que percais castelos, vilas e cidades antes de vos recusardes, qualquer um de vós, a ir para a guerra<sup>4</sup>.

Essa excitação, esse sentimento de euforia eram freqüentes naqueles homens rudes e violentos, sempre dispostos ao combate corpo-a-corpo e ao tilintar viril das espadas e dos escudos. Essa era a guerra laica, uma festa, como um torneio<sup>5</sup>. Mas havia ainda uma guerra mais importante, solene, sagrada, que conferia ao combatente cristão a glória do Paraíso e as bem-aventuranças eternas: a cruzada. Guerra santa, guerra de duas visões, de duas religiões. Na Península Ibérica, a mentalidade de cruzada penetrou pouco a pouco por entre a nobreza, em parte graças à imigração de cavaleiros franceses<sup>6</sup>, em parte graças à atuação da abadia de Cluny na difusão dessa mentalidade<sup>7</sup>, sempre com o apoio do papado, em parte, devido à atuação das ordens militares, sempre prontas a difundir o novo ideal cavaleiresco do monge-cruzado<sup>8</sup>.

E foi justamente no final do reinado de Afonso VIII (1158-1214), o Nobre, de Castela, que o caráter de cruzada foi definitivamente associado à Reconquista. Isso aconteceu devido, principalmente, ao segundo avanço islâmico dos almôadas, em 1179. Esta dinastia norte-africana (1130-1269), que se auto-intitulava “crentes na unidade de Deus”, era ainda mais intolerante que a anterior, dos almorávidas (1056-1147), pois pregava uma rigorosa moralidade baseada no Alcorão. Espécie de monges-soldados, os almôadas tinham uma aversão natural à “civilização depravada” almorávida de al-Andaluz<sup>9</sup>, como mostra esta passagem da obra *Kitab al-Muchid*:

Os almorávidas abandonaram-se uns aos outros, cedendo seu gosto pelo repouso e a

3 “Já não encontro tanto sabor no comer, no beber, no dormir / como quando ouço o grito “Avante!” / elevar-se dos dois lados, o relinchar dos cavalos sem cavaleiros na sombra / e os brados “Socorro! Socorro!” / quando vejo cair, para lá dos fossos, grandes e pequenos na erva; / quando vejo, enfim, os mortos que, nas entranhas, / têm ainda cravados os restos das lanças, com as suas flâmulas.” - Citado em BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 307.

4 Citado em PRESTWICH, Michael. “A Era da Cavalaria”. In: A Arte da Guerra. Série História em Revista. Rio de Janeiro: Abril Livros / Time-Life Books, 1993, p. 52.

5 Curso de Literatura Inglesa. Jorge Luis Borges (org., pesquisa e notas de Martín Arias e Martín Hadis). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 105.

6 MATTOSO, José. “Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal”. In: Portugal Medieval — novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 107.

7 COSTA, Ricardo da. A Guerra na Idade Média - um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, p. 72.

8 COSTA, Ricardo da. A Guerra na Idade Média, op. cit., p. 89.

9 CAHEN, Claude. El Islam. I. Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano. Madrid: Siglo XXI, 1992, p. 295.

tranquilidade e caindo sob a autoridade das mulheres. Chegaram a ser objeto do desdém e do desprezo dos habitantes de al-Andaluz, provocando a audácia dos inimigos. E assim, os cristãos se apoderaram de numerosas praças fortes vizinhas de suas fronteiras<sup>10</sup>.

Assim, partindo do Marrocos em 1179 - sede de seu império - os almôadas, além de findarem a dinastia almorávida, impingiram uma série de derrotas aos cristãos. A mais espetacular delas, de Alarcos (1195), foi também a última vitória dos muçulmanos norte-africanos na Península Ibérica<sup>11</sup>. Afonso VIII participou, e foi derrotado, na batalha de Alarcos. Dezesete anos depois, venceu os muçulmanos no confronto mais famoso da história da Reconquista, a batalha de Las Navas de Tolosa (1212), sepultando definitivamente as pretensões muçulmanas em al-Andaluz e associando definitiva e indelevelmente a mentalidade de cruzada à Reconquista.

Neste artigo, analisarei brevemente a construção da imagem bélica de Afonso VIII e sua incrível história de amor e crime, castigo e redenção contida na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, documento escrito pelo conde D. Pedro, filho bastardo do rei D. Dinis de Portugal<sup>12</sup>. Minha perspectiva será a dos atores da época. Minha forma, a narrativa<sup>13</sup>. Meu método, a análise comparativa de textos da época: confrontarei a *Crónica Geral de Espanha de 1344* com a *Crónica latina de los reyes de Castilla*<sup>14</sup>, a *Primera Crónica General (Estoria de España) que mandó componer Alfonso X, el Sabio*<sup>15</sup>, uma carta do arcebispo de Narbona<sup>16</sup> e quatro textos muçulmanos<sup>17</sup>. Assim, o leitor terá uma boa perspectiva dos dois lados da luta, além de uma melhor percepção da singularidade da “narrativa fantástica” contida na *Crónica de Espanha*.

10 “Kitab al-Muchid, o Marrakuxi”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana — según los autores islamitas y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1986, tomo II, p. 267-268. Todas as traduções aqui apresentadas, tanto do espanhol quanto do português antigo, são de minha autoria.

11 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano y SARASA, Esteban. *Historia Medieval de la España Cristiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p. 147.

12 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 04 volumes, 1983-1991.

13 Para a discussão do resgate da narrativa nos textos históricos, ver LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23-24.

14 A *Crónica latina de los reyes de Castilla* foi escrita entre os anos 1223 e 1239 provavelmente pelo bispo de Osmá e chanceler de Fernando III, Juan Domínguez. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana*, op. cit., tomo II, p. 323-329; (consulta no dia 11/06/2003).

15 “De la Estoria de España que mandó componer Alfonso X, el Sabio”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana*, op. cit., tomo II, p. 367-381.

16 “Carta de Arnaldo Amalarico, arcebispo de Narbona”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana*, op. cit., p. 361-367.

17 BEM IDHARI. “Bayan al-Mugrib, II, 185”, MARRAKUXI, “Kitab al-Muchid”, “Anónimo de Copenhage”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana*, op. cit., p. 330-332, 332-333 e 354-361; IBN ABI ZAR. *Rawd al-quirtas* (ed. de A. Huici Miranda), Valencia 1964.

## I. AFONSO VIII, D. LEONOR E A “BRUXA” JUDIA

Conta a *Crónica Geral de Espanha* que, em 1170, Afonso VIII “já era um homem” (tinha doze anos!), quando seus embaixadores trouxeram a filha do rei Henrique II da Inglaterra, Leonor (1161-1214), para se casar com ele. Ela tinha nove anos<sup>18</sup>. Logo após seu casamento, o rei esteve em Toledo, quando conheceu e se enamorou por uma judia, provavelmente de uma rica família, pois em Toledo as mulheres judias gozavam de uma grande independência econômica<sup>19</sup>. Afonso ficou tão apaixonado por aquela “bruxa judia” que se esqueceu de Leonor, de seu reino, de si próprio e de qualquer outra coisa. O arcebispo Rodrigo disse que ele esteve “ençarrado” com ela durante sete meses; “E dizem alguns que este tão grande amor que ele tinha por esta judia não era senão por feitiços que ela sabia fazer”<sup>20</sup>.



Afonso VIII e a rainha Eleonor concedendo a cidade e a vila de Uclés ao mestre da Ordem de Santiago<sup>21</sup>

No entanto, os condes, cavaleiros e ricos-homens de Castela, vendo o reino em grande perigo, degolaram-na. Afonso ficou inconsolável. Uma noite, quando estava pensando naquela “maldita”, um milagre aconteceu: apareceu-lhe um anjo, que o repreendeu e disse-lhe que não teria filho varão para reinar, pois Deus castigá-lo-ia. Quando partiu, o rei ficou muito triste e a câmara real foi inundada com um “maravilhoso odor e uma grande claridade”<sup>22</sup>. Por este pecado, o rei Afonso, “homem

18 Leonor era filha de Leonor da Aquitânia, mãe de Ricardo Coração de Leão e João Sem Terra. Uma de suas filhas, Branca de Castela (1188-1252), casou-se com o rei da França Luís VIII (1187-1226), pai de São Luís IX (1214-1270).

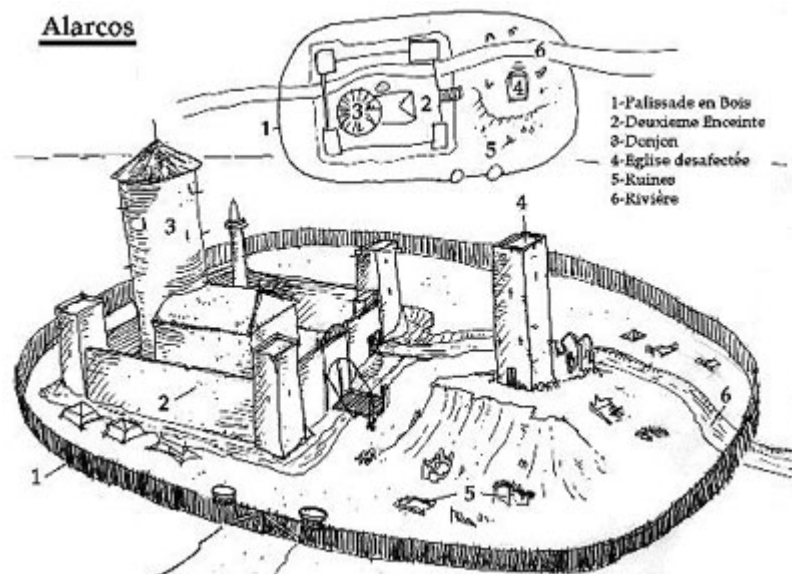
19 LEÓN TELLO, Pilar. “A Juderia, um certo sucesso”. In: CARDAILLAC, Louis (org.). Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 113.

20 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., volume IV, 1991, cap. DCCXLI, p. 282.

21 (Miniatura del Tumbo Menor de Castilla. *Archivum Historico National*. Madrid). In: RIBEIRA, Pedro. *Historia de España (Edades Antigua y Media)*. *Enciclopedia Labor*. Barcelona: Editorial Labor, 1959, p. 128.

22 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCXLI, cap. DCCXLI, p. 283.

muito honrado, mui nobre e de grande entendimento, liberal e amante da justiça”<sup>23</sup>, foi derrotado em Alarcos! Essa é a compreensão do cronista, típica compreensão medieval dos processos históricos. Além disso, segundo a *Crónica*, os cristãos também foram derrotados porque os nobres castelhanos não se esforçaram como deviam na batalha, pois estavam desonrados (com ciúmes!) dos elogios que Afonso VIII fez aos cavaleiros da Estremadura<sup>24</sup>.



A Vila de Alarcos

## II. A BATALHA DE ALARCOS (1195): OS DEPOIMENTOS MUÇULMANO E CRISTÃO

Desde 1177, com a conquista de Cuenca, Afonso havia conseguido alguns avanços importantes no território muçulmano, tomando e ocupando fortalezas e entregando-as às ordens militares<sup>25</sup>. Os monges-cavaleiros, pelo menos desde 1150, estavam na linha de frente da Reconquista, travando os combates mais decisivos<sup>26</sup>. Para guardar essa fronteira, Afonso iniciou a construção da vila de Alarcos, um pouco ao norte do rio Guadiana, ameaçando dali várias cidades e fortalezas muçulmanas, das quais passou a exigir um importante botim<sup>27</sup>. Além disso, promoveu o processo de repovoamento,

23 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCL, p. 297.

24 “El año 1089, encontramos por vez primera mencionado el señor de Lara: se trata de don Gonzalo Nuñez, magnate en la corte de Alfonso VI. Serán sus hijos los que (...) añadan a la casa nuevas y abundantes tierras desde las Asturias de Santillana a la Extremadura del Duero (...) Así, a don Nuño Pérez de Lara que si no fue el mayor de los hijos, sí gozó del más alto prestigio y alcanzó sin peros la capitania del clan (...) Don Nuño Pérez se ocupó de fundar monasterios (...) y de hacer donaciones benéficas de todo tipo. Su arrogancia y hábil politiquen fueron siempre reconocidos y envidiados. Murió en 1177, luchando junto a su rey en el cerco de Cuenca.” - CASADO, Hererra. *Los Lara, condes de Molina* (consulta no dia 11/06/2003).

25 CORTÁZAR, Garcia de. *Historia de España Alfaguarra II. La época medieval*. Madrid: Alianza Universidad, 1981, p. 124.

26 MATTOSO, José. “Dois séculos de vicissitudes políticas”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal - A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, p. 92.

27 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano y SARASA, Esteban. *Historia Medieval de la España Cristiana*, op. cit., p. 147.



“povoando” uma série de vilas na Estremadura, “sem deixar de fazer mal aos mouros”<sup>28</sup>.

A reação islâmica não se fez esperar. Forças muçulmanas, a mando do sultão do Marrocos Yacub ben Yusef I (1184-1199), atravessaram o Estreito e dirigiram-se a Córdoba. Ali, descansaram três dias. Segundo o cronista andaluz Ibn Idari, em sua obra *Al-Bayán al-Mugrib*<sup>29</sup>, datada do século XIII, uma força de cavalaria cristã avançou contra Calatrava, fortaleza que se encontrava a meio caminho entre Córdoba e Alarcos (imagem 4), para saber notícias daquela nova invasão. Contudo, foi rechaçada pelos ocupantes do castelo, que foram de encontro às forças cristãs “como o faminto corre para a comida ou o sedento para a água”<sup>30</sup>. Os cristãos fugiram em debandada. Sua correria foi o “prenúncio da vitória” muçulmana.



Huminura das “Estações de Hariri” (1237)<sup>31</sup>

28 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLII, p. 308.

29 IBN IDARI. „Al-Bayán al-Mugrib. Nuevos fragmentos almorávides y almohades”. Textos medievales 8, Valencia, 1963; BEM IDHARI. “Bayan al-Mugrib, II, 185”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). España Musulmana, op. cit., tomo II, p. 330-332.

30 BEN IDHARI. “Bayan al-Mugrib, II, 185”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). España Musulmana, op. cit., tomo II, p. 330.

31 Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal 1 - Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, p. 399. Esta cena representa o momento que antecede o combate. Os guerreiros rufam os tambores e tocam as trombetas (sons escatológicos), para atemorizar o inimigo.

Em seu texto, Ibn Idari destacou os eloqüentes discursos dos líderes muçulmanos que levantaram os ânimos dos combatentes: o vizir Abu Yahya, que fez os ouvintes chorarem de emoção; o cádi Abu Ali ibn Hachchach, que os incitou à guerra santa, quando as gentes “se retiraram com suas inteligências iluminadas e purificadas em direção a Deus, suas almas se fortificaram e sua bravura e intrepidez redobram”, e al-Mansur, que, no meio da batalha, pronunciou um discurso tão belo que “incendiou as almas”, e cada pelotão atacou o inimigo mais próximo, incendiando a luta até a vitória. O “maldito” Afonso escapou, mas, segundo o cronista, morreram trinta mil cristãos. Apenas quinhentos muçulmanos “sofreram o martírio”. Dessa forma, “os enganos dos politeístas” cristãos e as “fraudes daqueles infiéis” foram desmascaradas<sup>32</sup>.

Por sua vez, a *Crónica latina de los reyes de Castilla*, mais realista, conta que a tática vitoriosa dos muçulmanos foi o cansaço e o ataque de surpresa: sabendo que os cristãos já tinham chegado ao campo de batalha logo pela manhã, o sultão ordenou que os seus descansassem, deixando o exército inimigo aguardando sob o sol e fatigando-o com o peso das armas e a sede até depois do meio-dia. Assim ficaram até o dia seguinte. Por volta da meia-noite, o exército muçulmano se preparou para a batalha e atacou o acampamento cristão nas primeiras horas da manhã do dia seguinte. A imprevista presença dos mouros “produziu simultaneamente estupor e temor nos inimigos”, que saíram das tendas desordenadamente:

Uma quantidade inumerável de flechas lançadas dos arcos voou pelos ares e, enviadas ao desconhecido, feriram os cristãos com um golpe certo. Ambos os bandos lutaram com força. O dia, pródigo em sangue humano, enviou mouros ao Tártaro e trasladou cristãos aos palácios eternos<sup>33</sup>.

Por sua vez, a *Crónica Geral de Espanha* é bastante sucinta em relação à derrota cristã de Alarcos. De início, o cronista nos diz que, assim que soube do avanço almôada, Afonso chegou a Alarcos e, imprudentemente, não quis aguardar a chegada de reforços<sup>34</sup> - notícia confirmada pela *Crónica latina de los reyes de Castilla*: “O glorioso rei de Castela não quis esperar o rei de Leão, que marchava em sua ajuda e já se encontrava em terras de Talavera, por mais que lhe dessem esse conselho os homens prudentes e conhecedores das coisas da guerra.”<sup>35</sup> E prossegue:

Estando o rei D. Afonso em Alarcos, chegou o mouro com um poder tão grande que não se

32 BEN IDHARI. “Bayan al-Mugrib, II, 185”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *España Musulmana*, op. cit., tomo II, p. 332.

33 *Crónica latina de los reyes de Castilla*, II, 13 (consulta no dia 11/03/2003).

34 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLIII, p. 309.

35 *Crónica latina de los reyes de Castilla*, II, 13, op. cit.

podia contar. E o rei entrou logo na batalha contra ele, como um cavaleiro muito corajoso. O combate foi muito forte de ambas as partes, mas Jesus Cristo não quis que os cristãos saíssem no fim com honra, porque nem todos tinham um só coração, nem ajudaram seu senhor como deviam. Por isso, foram vencidos e muitos deles morreram, e no fim, com grandes ferimentos, o rei foi retirado à força, pois queria morrer ali, mas os seus não o deixaram, fugindo com ele para Toledo<sup>36</sup>.

Outro cronista muçulmano, Marrakuxi, afirma que Afonso se salvou com apenas trinta de seus oficiais, e o sultão, avançando até Calatrava, conquistou diversas fortalezas que rodeavam Toledo, retornando a Sevilha “ornado com a auréola da vitória”<sup>37</sup>.

Apesar de jovem e impulsivo, Afonso entendeu a mensagem divina: aquela derrota fora um castigo de Deus pelo pecado que cometeu, isto é, por ter amado loucamente a judia de Toledo, como já lhe dissera o anjo. Neste momento paradigmático, a narrativa marca a mudança radical da vida do rei. Conta a estória que, depois que o rei D. Afonso foi vencido naquela batalha de Alarcos, esteve sempre muito triste e quebrantado, acreditando que, por causa de seu pecado, Deus lhe dera aquela penitência. Por isso, obrou para corrigir sua vida e fazer serviço a Deus em tudo o que podia, dando grandes esmolas e reconciliando-se com todos que sabia que não lhe queriam bem, especialmente os fidalgos, pois entendeu que eles estavam escandalizados por causa das palavras que dissera. Então, concedeu-lhes muitos benefícios, de tal maneira que ganhou seus corações para seu serviço<sup>38</sup>.

A construção literária do cronista não deixa dúvida: para o homem medieval, o campo de batalha era o local do ajuste de contas com Deus<sup>39</sup>. O povo (“as gentes”) sempre arcava com as conseqüências dos pecados de seu líder. No pensamento político medieval, rei e súditos eram como um só corpo<sup>40</sup>. Assim, Afonso prosseguiu em sua *via-crúcis* redentora: construiu escolas e pagou “grandes somas” aos mestres, “para que os estudantes não tivessem desculpa para aprender”; construiu ainda um mosteiro, herdando-o com muitas posses, e um hospital para cuidar dos doentes:

“...e aos pobres que vão ali, dão do que comer e boas camas, cuidando dos enfermos até que fiquem sãos; e os que aí morrem são soterrados honradamente, para que o nome do rei, que em vida sempre foi muito bom, tenha honra neste mundo, e que roguem a Deus por ele e por todos os outros reis que foram bons e direitos, que lhes dê o Paraíso. Amém”<sup>41</sup>.

36 Crônica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLIII, p. 309.

37 MARRAKUXI, “Kitab al-Muchid”. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). España Musulmana, op. cit., tomo II, p. 333.

38 Crônica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLVI, p. 316.

39 Ver DUBY, Georges. O Domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 157.

40 Ver especialmente KANTOROWICZ, Ernst H. Os Dois Corpos do Rei - Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

41 Crônica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLVI, p. 317.

### III. PREPARATIVOS PARA A GUERRA SANTA

Enquanto passava por aquele processo de conversão, Afonso pediu ao arcebispo D. Rodrigo que fosse ao papa Inocêncio III solicitar a cruzada. Após a anuência papal, começaram a vir para Toledo grandes companhias de cruzados, provenientes de todas as partes da Europa. Violentos, de muitas linguagens, eles “faziam muito mal, pois matavam os judeus e faziam muitas outras travessuras”<sup>42</sup>. A eles juntou-se o rei D. Pedro II de Aragão, *o Católico* (1196-1213), com barões de alta linhagem, condes, viscondes e prelados, e o rei D. Sancho VII de Navarra, *o Forte* (1194-1234), com mil e trezentos cavaleiros<sup>43</sup>. No total, se dermos crédito à *Crónica de 1344*, o movimento de cruzada conseguiu reunir trinta mil homens a cavalo e incontáveis homens a pé, todos bem pagos por D. Afonso com maravedis, “moeda que então corria e que era muito boa”<sup>44</sup>. Por fim, não poderiam deixar de estar presentes os mestres das ordens militares de Santiago, de São João de Jerusalém, de Calatrava e do Templo<sup>45</sup>, conferindo, assim, um caráter sagrado ao combate que estava preste a acontecer.

Partindo de Toledo, o grande exército cruzado sitiou e conquistou a fortaleza de Malagón, “matando e queimando todos os mouros”. Dali fizeram o cerco ao castelo de Calatrava, já no limite entre os dois mundos, terra de ninguém que suscitava a imaginação da percepção geográfica dos cristãos<sup>46</sup>. Após sitiarem-no maravilhosamente, “com tantas flechas e pedras que nenhum mouro ousava aparecer nos muros”<sup>47</sup>, foi feito um acordo para sua rendição. Generoso, Afonso VIII mandou dar tudo o que tinha no castelo aos reis de Aragão e de Navarra e a todos que vieram de fora do reino. Sua prodigalidade real era a cavaleiresca, a largueza, típica mentalidade medieval da nobreza<sup>48</sup>.

42 Os cruzados de além-Pireneus distinguiam-se dos da Península Ibérica especialmente pelo ardor anti-semita. Por exemplo, quando da tomada de Lisboa em 1147, o rei de Portugal Afonso I teve que conter os ímpetos da turba, pois “os colonenses e flamengos, vendo na cidade tantos excitativos de cobiça, não observam respeito algum ao juramento e fidelidade; correm aqui e ali; fazem presa; arrombam portas; esquadrinham os interiores de cada casa; afugentam os habitantes, afrontando-os com injúrias contra o direito divino e humano; estragam vasos e vestidos; procedem injuriosamente para com as donzelas; igualam o lícito ao ilícito; e às ocultas surrupiam tudo que devia ser dividido por todos. Contra o direito e o lícito matam até o bispo da cidade, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço” - *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 - Carta de um cruzado Inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 77.

43 As genealogias reais podem ser consultadas em RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 319-335.

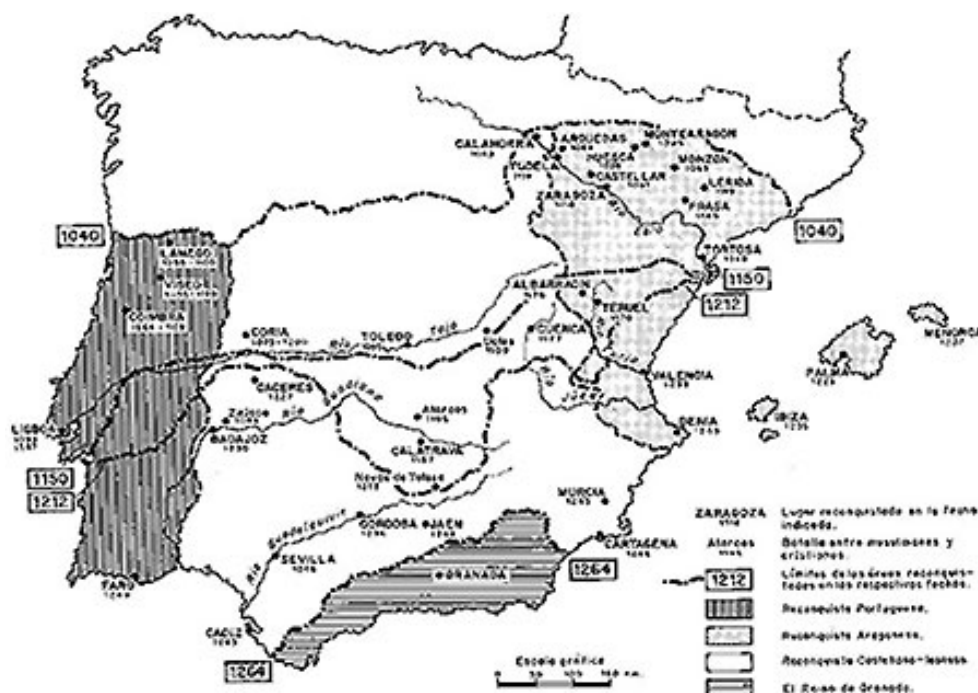
44 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLIX, p. 321.

45 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLIX, p. 321-22.

46 “La imagem dominante de la frontera entre los cristianos era de un desierto - locus desertus - um lugar deshabitado...” - GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, p. 75.

47 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLX, p. 323.

48 DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987, p. 118. Além disso, Afonso VIII, sabendo que os “estrangeiros” ficaram sem comida, mandou dar mil cargas de mantimentos e cinquenta mil maravedis. Apesar disso, muitos deles retornaram às suas terras após aquela batalha. Ver *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLX, p. 323-324.



A ofensiva da Cristandade sobre o Islã <sup>49</sup>

Entrementes, o rei almôada Abu Yusuf al-Nasir de Marrocos (na *Crónica de 1344* chamado de Miramolim)<sup>50</sup>, que concentrava suas gentes em Jaén, ao sul do rio Guadalquivir, aguardava o avanço cristão, contando com as prováveis doenças e mortes do exército em decorrência da insalubridade da água do rio Guadiana. Quando soube que muitos franceses morreram envenenados por aquele motivo, satisfeito, Miramolim avançou calculadamente suas hostes para impedir o abastecimento do inimigo.

D. Afonso ordenou então que três barões saíssem em busca de suprimentos, com cerca de dez mil cavaleiros. Este grupo chegou ao castelo de Ferral, que tinha os caminhos cercados pelos mouros. Impedidos de prosseguir, os cristãos receberam a graça do milagre divino: com a ajuda de um pastor angélico (“certamente anjo de Deus era”<sup>51</sup>), eles foram guiados através de um estreito até uma serra com bons prados, chamada “seda do imperador”<sup>52</sup>, e ali, em um sábado, abasteceram seus exércitos<sup>53</sup>.

49 In: CORTÁZAR, Garcia de. *Historia de España Alfaguarrá II. La época medieval*. Madrid: Alianza Universidad, 1981, p. 157. Observe que entre as batalhas de Alarcos e Las Navas de Tolosa, o limite entre as duas culturas encontrava-se entre os rios Tejo e Guadiana, já no centro-sul da Península.

50 E na “Carta de Arnaldo Amalarico, arcebispo de Narbona”, chamado de Miramamolim. Ver SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana*, op. cit., p. 361-367.

51 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLXII, p. 326.

52 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLXII, p. 327.

53 É curioso observar a peculiaridade do fato de o anjo estar representado por um pastor. Para a questão das representações angélicas medievais ver COSTA, Ricardo da e VENTORIM, Eliane. “Entre o real e o imaginado. Prolongamentos apocalípticos angélicos na tradição filosófica medieval: Ramon Llull e o Livro dos Anjos (1274-1283)”. In: *Estudos de Religião* 23. Revista Semestral de Estudos e Pesquisas em Religião. São Bernardo do Campo: UESP, 2002, Ano XVI, n. 23, dezembro de 2002, p. 200-228.



Las Navas de Tolosa de acordo com um mapa do século XVI<sup>54</sup>

Com o retorno dos barões, os reis ordenaram que armassem suas tendas em frente aos mouros. Dessa vez impaciente, Miramolim armou sua tenda à direita da do rei de Castela, colocando suas azes cheias de mouros, acaudilhadas por “muitos reis e altos homens”<sup>55</sup>. No entanto, dessa vez os cristãos não tiveram pressa: percebendo o “ardil dos mouros” e vendo que seus cavalos estavam fatigados por terem atravessado o estreito, decidiram descansar, deixando o rei almôada esperando em campo de batalha. Enquanto isso, o arcebispo de Toledo, D. Rodrigo, aquele que fora ao papa solicitar o chamamento de cruzada para essa batalha, pregava. Pedia a todos que comungassem, concedendo o perdão divino aos que entrassem na batalha com o coração puro. Era um domingo. No dia seguinte, após a missa matinal, quando os prelados deram o Santo Sacramento aos guerreiros, a cavalaria pôs-se em marcha, com o sol irradiando sua luz<sup>56</sup>.

54 In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.) *La España Musulmana — según los autores islámicos y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1986, tomo II, p. 363.

55 Na Idade Média, az era a unidade de combate (Az, do latim acies: exército romano formado na linha de batalha. O termo é encontrado na obra de Júlio César, *De bello Gallico* [I, 51, 1]. Apud: CARCOPINO, Jérôme. Júlio César. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 233-372). Corresponhia aproximadamente de 700 a 1.000 lanças - 2.100 a 3.000 homens. Geralmente, os muçulmanos utilizavam a az de cunha, forma triangular com a ponta para a frente. No caso em questão, os almôadas se valeram da az de curral, formação defensiva em forma de quadrado que tinha como intuito reorganizar as forças dispersas no campo de batalha. Ver: COSTA, Ricardo. *A Guerra na Idade Média*, op. cit., p. 244-245.

56 A referência ao sol na Crônica não é acidental. Na perspectiva medieval, todo combate é como um raio de luz que rasga as trevas, um feixe que inaugura a boa-nova, a demarcação do fim de um tempo obscuro e o surgimento de um novo tempo, o do Cristo redentor. Ver DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

#### IV. A CRUZADA DE LAS NAVAS DE TOLOSA (1212)

A procissão guerreira teve início na segunda-feira. A alegria e o entusiasmo dos combatentes confundiam-se com as cores do desabrochar da primavera e multidão de cores dos brasões e símbolos das distintas linhagens que se misturavam na cavalgada cruzada. O teatro litúrgico da guerra apresentava seus protagonistas. Afonso VIII era o ator principal; os coadjuvantes organizaram-se ao seu redor. Assim, nas laterais do rei, de um lado, D. Rodrigo Dias de Cameiros, com vários nobres e concelhos de várias vilas<sup>57</sup>; de outro, o conde D. Gonçalo de Lara, acompanhado pelas ordens militares de Santiago, São João e Calatrava e uma multidão de concelhos. D. Afonso cavalgava na az posterior, com o arcebispo de Toledo a seu lado e muitos condes e fidalgos; à sua direita, o rei de Navarra, à sua esquerda o de Aragão.



Batalha de Las Navas de Tolosa<sup>58</sup>

Com essas lideranças, as azes moveram-se pelo campo aberto. Então apareceu no céu uma cruz muito formosa e de muitas cores. Os cristãos viram nela o bom sinal, indício da vitória<sup>59</sup>.

<sup>57</sup> Os concelhos medievais ibéricos eram circunscrições administrativas organizadas pelas populações rurais, principalmente as que se encontravam sob governo muçulmano, que reconheciam o caráter representativo das comunidades cristãs e judias. Cada concelho possuía sua própria assembleia de notáveis bons-homens, pequenos proprietários locais, ou ricos mercadores. Elegiam diversos magistrados, com funções administrativas e militares. As comunidades concelhias possuíam privilégios e imunidades em relação ao restante do sistema governamental, o que tornava a sociedade cristã ibérica bastante distinta, do ponto de vista jurídico, do restante da sociedade feudal europeia. Ver COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*, op. cit., p. 80.

<sup>58</sup> Afonso X, *Cantigas de Santa Maria*. Manuscrito em pergaminho (50 x 34 cm). Castela (c. 1260-1270). BnF, Manuscritos (Fac-símile ms. T.I.1 fol. 92, Madrid, Patrimônio nacional)

<sup>59</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., cap. DCCLXIII, p. 329. Um sinal de Deus no céu é um leitmotiv das narrativas medievais: recorde-se, por exemplo, para nos atermos somente à Península Ibérica, ao combate entre as nuvens que os cruzados viram nos céus e que prenunciava a conquista de Lisboa. Ver *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 - Carta de um cruzado Inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

Do outro lado, o mal - é importante que o historiador se coloque no mesmo ponto de vista da narrativa principal que analisa, na visão do escritor da época, em seu simbolismo maniqueísta de suas representações mentais<sup>60</sup>. Assim, o chefe das forças malélicas, Miramolim, desfilou com suas azes muito bem ordenadas, cheias de mouros e lideradas por capitães muito nobres. Próximo à sua tenda, o islamita ordenou que fosse feita uma az de curral para protegê-lo. Nela, o cronista cristão destacou a vergonha: homens armados a pé defendiam o sultão, mas estavam presos em cadeias de ferro para não fugirem. Cativos. Eram cem mil homens negros, muçulmanos, armados de lanças, espadas e adagas, acompanhados de arqueiros e besteiros. Um exército de prisioneiros no exército muçulmano<sup>61</sup>. Não satisfeito com tamanha proteção, dentro daquela az de curral, trinta mil homens guardavam ainda mais a preciosidade: o corpo do sultão. Uma multidão, portanto<sup>62</sup>. E todo o exército? Contá-los, diz o cronista, era impossível: “não há homem que possa imaginar nem dar conta.”<sup>63</sup> Ouvilos, seria um grande espanto – uma das diferenças dos exércitos cristão e muçulmano dizia respeito ao som: enquanto os cristãos guerreavam em silêncio, os muçulmanos utilizavam tambores e trombetas.

O primeiro e decisivo impacto contra as hostes mouras foi de D. Diego Lopez e D. Garcia Romeiro. Eles estavam tão aguerridos que, por onde passavam, “parecia que um fogo queimava”. Quando, a seguir, chegaram as forças de D. Afonso, os muçulmanos começaram a fugir. Atônito, Miramolim, fazendo soar as trombetas e os atabaques, cavalcou em um cavalo de muitas cores e, aos gritos, incitou a todos que retornassem à batalha<sup>64</sup>.

Por sua vez os cristãos eram incentivados por D. Afonso, que proferia discursos em meio ao combate<sup>65</sup>. Seus golpes eram tão fortes que “um fogo acendia as ervas”. Assim, as hostes do sultão foram pouco a pouco sendo desbaratadas até que os cruzados chegaram à az de curral, onde estavam

60 DUBY, Georges. O Domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214, op. cit., p. 38.

61 “Como o nome indica, besteiros por combaterem com a besta (ou balestra), arma portátil de arremesso de dardos (virotões ou viratões) extremamente eficiente na penetração das cotas de malhas, escudos e armaduras. A besta era uma “arma composta essencialmente por um arco apoiado numa haste e cuja corda se retesava por meio de uma mola, armazenando energia suficiente para disparar virotos pesados com grande precisão e longo alcance quando se acionava seu gatilho. Desaparecido com as legiões romanas, a besta só ressurgiu na cena européia na batalha de Hastings (1066). Mais mortífera que um arco simples de mão, ela era capaz de derrubar um cavaleiro da sela a 100 metros. No entanto, devido a seu peso, era de difícil manejo e recarregamento demorado, pois necessitava de apoio dos pés e ação simultânea das duas mãos. A partir do século XI, a Igreja tentou regulamentar a prática da guerra. Tentou-se então restringir o uso da besta. O papa Urbano II a condenou em 1096 como “odiosa a Deus”. Finalmente, ela foi banida pelo papa Inocêncio II em 1139, no II Concílio de Latrão, sendo ameaçado de excomunhão quem fizesse uso dela contra cristãos. Assim, a besta foi implicitamente permitida apenas na guerra contra os muçulmanos, naturalmente esta determinação não foi obedecida pelos guerreiros europeus.” - COSTA, Ricardo da. A Guerra na Idade Média, op. cit., p. 113.

62 Segundo o arcebispo de Narbona, tratava-se de “...uma az fortíssima, segundo eles acreditavam, e na qual se disse que estava o próprio Miramamolim.” - “Carta de Arnaldo Amalarico, arcebispo de Narbona”. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). La España Musulmana, op. cit., p. 365.

63 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXIV, p. 330.

64 “...e começou de dar my grãdes vozes, dizendo que fossem bõos e tornassem aa batalha...” - Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXIV, p. 331.

65 “- Ferideos, amigos e vassallos, ca este he o nosso bõ dia. E agora guanharemos prez pera sempre e ficaremos ricos e hõrrados.” - Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXIV, p. 333.



os negros muçulmanos prisioneiros, presos em cadeias de ferro. Parecia impossível romper aquela barreira humana. Então, num gesto de ousadia, D. Álvaro Nunes, que carregava o pendão do rei, feriu seu cavalo com as esporas e saltou por cima da az, sendo seguido pelo rei de Aragão e o de Navarra. Os outros cavaleiros viram esse gesto de ousadia e coragem de D. Álvaro, típico da impetuosidade que se esperava de um cavaleiro cruzado<sup>66</sup>. Então, todos também saltaram dentro da az de curral, e a batalha “foi a mais forte e cruel, e houve ali mui grandes e mui célebres golpes, com tal mortandade de mouros que foi uma grande maravilha”<sup>67</sup>.

Vendo sua az de curral partida e os seus derrotados, Miramolim cavalgou “em seu cavalo de muitas cores” e fugiu. Os “mui nobres” reis cristãos saíram em seu encalço, mas eram tantos os corpos que jaziam no chão que seus cavalos não puderam prosseguir. O sultão chegou a Baeça e informou aos mouros o triste resultado da batalha. Depois partiu para Jaén.

Esgotado, mas vitorioso, Afonso VIII descansou na tenda de Miramolim. Nos dois dias seguintes, os cristãos colheram os ricos despojos da batalha dispersos no campo - ouro, pedras preciosas, tecidos de seda, cavalos e armas (o dinheiro há muito invadira a estrutura da guerra no século XIII<sup>68</sup>. Além de buscarem o material, os cristãos ainda mataram muitos mouros que jaziam estirados junto aos cadáveres<sup>69</sup>. Segundo o arcebispo D. Rodrigo, de oitenta mil cavaleiros mouros que participaram da batalha, trinta e cinco mil morreram, e o número de peões ultrapassou duzentos mil. Da parte dos cristãos, apenas cento e cinquenta homens! “E assim Deus se mostra maravilhoso em Suas obras”<sup>70</sup>.

Após aquela estrondosa vitória cristã, o cronista português nos conta que a ira de Deus recaiu sobre a Espanha, pois foi um ano tão ruim e “minguado de pão” que os homens caíram mortos de fome, o fruto da terra faleceu e os animais e aves também não frutificaram. Ira de Deus pela vitória cristã? Não, apenas mais um momento de renovação do pacto divino com o rei, uma oportunidade para Afonso VIII ser generosamente cristão ser definitivamente perdoado pelo pecado da luxúria, por ter-se sujado com a bruxa judia: “E morreram naquele ano muitos cavalos e bestas de servir por míngua dos mantimentos que não havia. E com tanta pestilência e fome na terra, o bom rei nunca

66 “...os cavaleiros eram irresistíveis. Mas só se podia contar com eles para um ataque maciço; era quase impossível reorganizá-los para um novo ataque. Os comandantes cruzados tinham que avaliar o tempo do ataque com perfeição – e controlar seus impetuosos homens até o momento certo.” – PRESTWICH, Michael. “A Era da Cavalaria”. In: A Arte da Guerra. Série História em Revista. Rio de Janeiro: Abril Livros / Time-Life Books, 1993, p. 55.

67 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXIV, p. 333.

68 DUBY, Georges. O Domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214, op. cit., p. 110.

69 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXV, p. 335.

70 É corrente entre os historiadores que geralmente os números apresentados pelos cronistas medievais são sempre elevados, pois o objetivo era causar a admiração e o espanto do leitor, não fidedignidade à realidade.

cansou de bem fazer, dando grandes esmolas pelo amor de Deus<sup>71</sup>.

Assim purificado pelo combate sagrado, Afonso VIII, o herói-cruzado de Las Navas de Tolosa, faleceu em 1214. Na presença de sua família (D. Leonor, sua mulher, de D. Biringuela, sua filha, de seu filho D. Henrique e seus netos D. Fernando e D. Afonso), e dos bispos de Valência e D'Ávila, ele recebeu o Santo Sacramento do corpo de Cristo das mãos do arcebispo D. Rodrigo<sup>72</sup>, o mesmo D. Rodrigo que fora ao papa pedir os votos de cruzada para a batalha de Las Navas de Tolosa, a cruzada mais célebre da Reconquista<sup>73</sup>.

Por sua vez, no *Anônimo de Copenhage*, obra escrita por um muçulmano contemporâneo à derrota de Las Navas de Tolosa<sup>74</sup>, a descrição do combate é naturalmente muito mais sucinta:

Este ano foi o da batalha de Uqab (las Navas), que causou a ruína de al-Andaluz. O emir al-Muminin al-Nasir dirigiu-se ao país inimigo do maldito Afonso com um grande exército muçulmano. Os infiéis prepararam-se, e toda a gente de Castela e de outros diferentes reinos da cristandade próximos a ela; os dois exércitos se encontraram no sítio chamado al-Uqab e a vitória se declarou primeiro aos muçulmanos. Mas os almôadas não se esforçaram nem se portaram bem nesta expedição por causa do castigo que al-Nasir impôs aos xeques almôadas e por havê-los condenado à morte e os despojado pelas mãos de Ibn Mizna. O barcelonês (rei de Aragão) acudiu Afonso com três mil cavalos (...) os muçulmanos deram as costas e a derrota se estendeu a eles. Al-Nasir permaneceu com tal constância que o inimigo quase se apoderou de sua pessoa, e as lanças cristãs já se aproximavam quando ele buscou a salvação na fuga. Esta batalha aconteceu na segunda-feira, 8 de Safar, do citado ano. Contam que alguns diziam: “Diga a Ibn Mizna que resista a esta inundação”, aludindo com isto ao ministro que executou os xeques almôadas. Desculpando-se do resultado dessa batalha, al-Nasir escreveu a Marraquech e a outras partes<sup>75</sup>.

O cronista deu mais ênfase aos dispendiosos preparativos de Al-Nasir (Miramolim) para o combate do que para a derrota. E apesar da declaração da falta de esforço do exército muçulmano, a crônica desvalorizou a vitória cristã, pois creditou o insucesso almôada a uma execução que al-Nasir ordenou de alguns xeques almôadas dias antes da batalha<sup>76</sup>.

71 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXVII, p. 338-339.

72 Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit., cap. DCCLXIX, p. 341.

73 “La campaña que llevó a la victoria de las Navas recibió una amplia difusión em los relatos de las crónicas cristianas – más de treinta – y musulmanas (...) El resultado victorioso de la campaña de las Navas le fue comunicado a Inocencio III em uma carta que describía la batalla, los numerosos combatientes que veiníam de transmontanis partibus y la ayuda de los reyes de Aragon y Navarra.” – RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana. La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 85-86.

74 “Anónimo de Copenhage”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). La España Musulmana, op. cit., p. 354-361.

75 “Anónimo de Copenhage”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). La España Musulmana, op. cit., p. 359.

76 “Anónimo de Copenhage”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). La España Musulmana, op. cit., p. 358.

Por fim, outro cronista muçulmano, Ibn Abi Zar, em sua obra *Rawd al-Quirtas*<sup>77</sup>, nos oferece um relato tão dramático e vivo da batalha – com diálogos, inclusive – que merece ser transcrito na íntegra:

“Quando Afonso ouviu que al-Nasir havia tomado Salvaterra, dirigiu-se contra ele com todos os reis cristãos, que acompanhavam-no com seus exércitos. Ao saber disso, al-Nasir saiu ao seu encontro com as tropas muçulmanas: os combatentes se avistaram em um sítio chamado Hisn al-Iqab<sup>78</sup>. Ali aconteceu a batalha. Foi plantada a tenda vermelha, disposta para o combate, no cume de uma colina. Al-Nasir ocupou-a e sentou-se sobre seu escudo, com o cavalo ao lado; os negros rodearam a tenda por todas as partes com armas e apetrechos. A retaguarda, com as bandeiras e tambores, colocou-se diante da guarda negra, com o vizir Abu Said ben Djami. O exército cristão se dirigiu contra eles, em filas, como nuvens de gafanhotos; os 160.000 voluntários saíram ao seu encontro e caíram sobre eles, mas desapareceram entre as filas dos cristãos, que os cobriram e os combateram terrivelmente. Os muçulmanos resistiram heroicamente; todos os voluntários morreram como mártires, sem restar nenhum. As tropas almôadas, árabes e andaluzas olhavam-nos sem se mover. Quando os cristãos acabaram com os voluntários, caíram sobre os almôadas e sobre os árabes com uma pressão extraordinária (...) Quando os almôadas, os árabes e os berberes viram que os voluntários haviam sido exterminados, que os andaluzes fugiam, que o combate aumentava contra os que permaneciam, e que cada vez mais os cristãos eram mais numerosos, debandaram e abandonaram al-Nasir. Os infiéis os perseguiram, espada em punho, até chegarem ao círculo de negros e guardas que rodeavam al-Nasir como um sólido muro, mas não puderam abrir nenhuma brecha. Então flanquearam seus cavalos encouraçados contra as lanças dos negros que estavam direcionadas contra eles, e entraram em suas fileiras. Al-Nasir continuava sentado sobre seu escudo, diante sua tenda, e dizia: “Deus disse a verdade e o demônio mentiu”, sem mover-se de seu sítio, até que os cristãos se aproximaram dele. Morreram ao seu redor mais de 10.000 dos que formavam sua guarda. Um árabe, então, montado em uma égua, aproximou-se e lhe disse: “Até quando vais continuar sentado? Oh, Príncipe dos Crentes, o juízo de Deus já se realizou, cumpriu-se Sua vontade e pereceram os muçulmanos.” Então, al-Nasir se levantou para montar o veloz corcel que tinha a seu lado, mas o árabe, desmontando de sua égua, lhe disse: “Monta nesta que é de puro sangue e não sofre ignonímia, talvez Deus te salve com ela, porque em tua salvação encontra-se o nosso bem”. Al-Nasir montou na égua e o árabe acompanhou-o em seu cavalo, ambos rodeados por um forte destacamento de negros, com os cristãos em seu encalce. A degola dos muçulmanos durou até a noite, e as espadas dos infiéis caíram sobre eles e os exterminaram completamente, tanto que, de mil, nenhum se salvou. Os arautos de Afonso gritavam: “Matem e não façam prisioneiros; aquele que trazer um prisioneiro será morto com ele”. Foi assim que o inimigo não fez um só cativo neste dia.

77 IBN ABI ZAR. *Rawd al-quirtas* (ed. de A. Huici Miranda), Valencia 1964. Recogido por Cristina Segura. Publicado na internet: “La Batalla de las Navas de Tolosa segun los musulmanes”

78 Castelo de la Cuesta, hoje Castro Ferral

Esta terrível calamidade aconteceu na segunda-feira, 15 de Safar de 60979, quando, a partir dessa derrota, começou a decair o poder dos muçulmanos em al-Andaluz, e suas bandeiras não alcançaram mais vitórias; o inimigo propagou-se por causa dela e se apoderou de seus castelos e da maioria de suas terras. Eles teriam conquistado tudo se Deus não lhes houvesse concedido o socorro do emir dos muçulmanos, Abu Yusuf ben Abd al-Haqq, que restaurou suas ruínas, reedificou seus minaretes e devastou o país dos infiéis com suas expedições<sup>80</sup>.

Confrontando o relato de Ibn Abi Zar e o do *Anônimo de Copenhage* com a *Crônica de 1344*, percebo algumas semelhanças nas descrições da batalha: 1) Al-Nasir (Miramolim) tinha uma grande proteção de soldados negros (embora Abi Zar não descreva as correntes que os prendiam); 2) os cristãos romperam aquele escudo humano com um ousado rompante da cavalaria; 3) corajoso, o sultão deixou o teatro da guerra momentos antes de ser capturado; e 4) seguiu-se, após o fim do combate, um grande massacre por parte das forças cristãs.

Em suma, com exceção das interferências divinas - o anjo-pastor, especialmente - e do motivo primeiro das batalhas de Alarcos e Las Navas - o castigo de Deus pelo amor louco de Afonso pela judia de Toledo e Seu perdão - as crônicas basicamente concordam nas linhas mestras daquela narrativa bélica. E, de todas as narrativas, a *Crônica de 1344* é, do ponto de vista literário, a mais bem encadeada, a mais entrelaçada de imagens simbólicas entre o mundo dos homens e o mundo de Deus, a que melhor exprime as aberturas para o sagrado que o campo de batalha proporcionava para os crentes de então<sup>81</sup>.

Las Navas de Tolosa, na perspectiva da época, forçou o céu a manifestar seus desígnios, a mostrar inquestionavelmente de que lado estava a justiça de Deus, de que lado estavam os verdadeiros e legítimos sentimentos dos corações dos guerreiros. A cruzada, era a causa justa, a que deveria ser lutada “com um só coração”, como disseram os cronistas. Como o ordálio e o duelo, acontecimentos decisivos porque buscavam a verdade, a guerra medieval era a grande oportunidade que os crentes tinham de confirmar a vontade de Deus. Pois a batalha campal era a hora de proclamar e remir, o momento da purificação pelo sangue, e o sangue derramado era a garantia da salvação eterna.

Por esses motivos, o amor e o crime, o castigo e a redenção entrecruzaram-se na narrativa fantástica da cruzada da Península que teve como pano de fundo a redenção do rei Afonso VIII. Sem

<sup>79</sup> 16 de julho de 1212.

<sup>80</sup> IBN ABI ZAR. *Rawd al-quirtas* (ed. de A. Huici Miranda), Valencia 1964. Recogido por Cristina Segura. Publicado na internet: “La Batalla de las Navas de Tolosa segun los musulmanes”

<sup>81</sup> DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. 27 de julho de 1214, op. cit., p. 159.

essa perspectiva escatológica, não se pode compreender a guerra medieval, guerra em sua maior parte travada em nome de Deus.



# INSTRUÍDOS, DISCIPLINADOS, BISONHOS, ESTROPEADOS E INÚTEIS: OS SOLDADOS DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Paulo César Possamai<sup>1</sup>

A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como os da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os lusos. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica.<sup>2</sup> Essas vantagens levaram os portugueses a investir num entreposto no Prata.

D. Manuel Lobo tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 9 de maio de 1679, dando logo início à preparação da expedição que viria a fundar uma fortaleza às margens do Rio da Prata. Em janeiro de 1680 D. Manuel Lobo fundou a fortaleza do Santíssimo Sacramento em frente às ilhas de São Gabriel. Contudo, a expedição não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Sacramento, oito meses após sua fundação, levou o príncipe regente forçar a Coroa espanhola a restituir-lhe a posse do território, o que lhe foi concedido através do Tratado Provisional de 1681.

Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em 1682, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procurava impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava na campanha, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689). A situação melhorou consideravelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e da exploração das riquezas pecuárias da região.

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de graduação em História e do curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [paulocpossamai@gmail.com](mailto:paulocpossamai@gmail.com). Este artigo utiliza partes do segundo e do terceiro capítulo da minha tese de doutorado, publicada em 2006 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, com o nome: *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*, e conta com acréscimos resultados de pesquisas posteriores à defesa da tese.

<sup>2</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

A Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no rompimento das hostilidades na América e no abandono de Colônia aos castelhanos em 1705. A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Felipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações européias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento.

A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, enviando sessenta casais da província de Trás-os-Montes em 1718 para dar início à agricultura e desenvolver a criação de gado, assim como garantir uma guarnição militar permanente. As constantes deserções dos soldados que serviam em Sacramento levaram o Conselho Ultramarino a defender o envio de casais, argumentando que “à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”.<sup>3</sup> Logo os povoadores foram enquadrados no sistema militar, pois antes de chegar ao seu destino, a Coroa já enviara trezentas armas para a formação de “algumas companhias de ordenança dos mesmos casais que ajudem a defesa da dita praça”.<sup>4</sup>

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria radicalmente com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à capacidade administrativa do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os fatores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. A tensão permanente, alimentada pelos freqüentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha, chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas castelhanas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria cerca de dois anos.

Embora os luso-brasileiros tenham conseguido impedir a conquista da fortaleza, o armistício

<sup>3</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de janeiro de 1726. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

<sup>4</sup> Registro de uma carta régia dirigida ao governador do Rio de Janeiro, 04/03/1718, in: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXXIX, pp. 369-370.

de 1737 iniciou uma nova fase da história de Sacramento. Como bem observou Rego Monteiro, “terminou o período áureo da Colônia do Sacramento, jamais voltaram a ter seus arredores aquela riqueza de produção, que fazia dela a cobiça espanhola”.<sup>5</sup> Mas, se o campo de bloqueio espanhol, ao invés de impedir, contribuiu para o desenvolvimento do contrabando entre os súditos de Portugal e Espanha, a limitação do uso da campanha ao pequeno espaço permitido pelo campo de bloqueio impediu a retomada da produção agrícola e pecuária por parte dos habitantes da Colônia do Sacramento, que tiveram que buscar o abastecimento entre os espanhóis.

A busca por gêneros alimentícios em Buenos Aires justificava a presença constante de embarcações portuguesas na cidade, que na maioria das vezes transportavam mercadorias de contrabando. Também era freqüente a passagem de suprimentos através da guarnição responsável pela manutenção do campo de bloqueio. Segundo Fabrício Prado: “Tal momento marca uma inflexão da estratégia lusitana. A Colônia do Sacramento, a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”.<sup>6</sup>

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações européias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colônia aos portugueses.

Entretanto, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos castelhanos em 1777. Sem a ajuda dos britânicos, cujos esforços estavam direcionados para o combate à Revolução Americana, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Rio da Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro do mesmo ano, manteve a Colônia do Sacramento em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em março do ano seguinte.

A história da Colônia do Sacramento apresenta diversas facetas que foram diferentemente

5 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 331.

6 PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento, o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 53.



realçadas pelos historiadores de acordo com suas áreas de interesse. Centro de contrabandistas, mas também posto avançado da fronteira, Sacramento foi o alvo de constantes ataques dos súditos da Espanha, colonos e indígenas, contra a presença portuguesa no Rio da Prata. A necessidade sempre urgente de manter a guarnição da fortaleza, mais desfalcada pela deserção que pela morte frente ao inimigo, fez com que a Coroa portuguesa adotasse uma política que conjugava o estímulo à emigração e uso do degredo para aumentar a presença luso-brasileira na região.

Em Portugal, o sistema de recrutamento foi estabelecido pelo Regimento das Ordenanças de 1570, o qual regulamentava que toda a população masculina, dos 16 aos 60 anos, excetuando os privilegiados, estava enquadrada no regime de ordenanças, que tinha por principal função recrutar homens para as tropas de linha e tropas auxiliares<sup>7</sup>. Constituindo um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder em nível local, essa organização subsistiu até a vitória do regime liberal, já no século XIX<sup>8</sup>. Nos corpos de ordenança, os privilégios de uma patente militar não se traduziam em ganhos monetários, mas em prestígio e posição de comando. Para a Coroa, interessada em reduzir seus gastos com a administração, não era de todo inconveniente fornecer alguma parcela de poder em troca do serviço não remunerado<sup>9</sup>.

Mas, se a incorporação aos corpos de ordenança era mesmo desejada por uma parcela da população, o mesmo não ocorria com relação ao recrutamento para a tropa de linha. Se, a princípio, todos os homens celibatários, entre os 17 e 30 anos, estavam aptos para serem inscritos nas tropas regulares, uma série de privilégios concedidos pela Coroa a determinadas profissões e devoções religiosas ofereciam refúgio a muita gente contra a atuação dos recrutadores<sup>10</sup>. A disseminação dos privilégios que, muitas vezes se estendiam aos subordinados dos detentores dos mesmos<sup>11</sup>, permitiu a criação de amplas redes de proteção contra o recrutamento compulsório<sup>12</sup>, fazendo com que o alvo principal dos recrutadores recaísse sobre os vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes e todos aqueles que não contavam com a proteção das comunidades locais<sup>13</sup>.

7 GOUVEA, António Camões Gouveia; MONTEIRO, Nuno G. "A Milícia", in: MATTOSO, José (dir.) e HESPAÑA, António Manuel. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 199.

8 COSTA, Fernando Dores. "Os Problemas do Recrutamento Militar no final do Século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação". *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995, p. 121.

9 SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Nova Fronteira, 1990, p. 111.

10 COSTA, Fernando Dores. "O Bom Uso das Paixões: Caminhos Militares na Mudança do Modo de Governar". *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, vol. XXXIII, 1998, p. 972.

11 COSTA, Fernando Dores. "Os problemas do recrutamento militar...", op. cit., p. 130.

12 COSTA, Fernando Dores. "Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)". *Separata das Actas do VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996, p. 15.

13 COSTA, Fernando Dores. "Os problemas do recrutamento militar...", op. cit., p. 126.

Com a finalidade de tornar a carreira militar mais atrativa, em 1731, a Coroa limitou o serviço no Brasil em dez anos e em Angola em seis anos, ao fim dos quais os militares poderiam pedir transferência para Portugal, caso não houvessem contraído matrimônio nesse meio tempo. Os incentivos, porém, não conseguiram aumentar consideravelmente o número de recrutas para as colônias.<sup>14</sup> O que garantia um certo número de militares voluntários era o costume de seguir a profissão paterna. Um exemplo interessante é o requerimento do oficial Manuel Ferreira de Sande, que pediu ao rei que dispensasse seu filho da idade mínima prescrita pelo regimento para o recrutamento, pois ainda lhe faltavam três anos. Alegava que era costume dispensar os filhos dos oficiais em tais circunstâncias.<sup>15</sup>

Ainda assim, o alistamento compulsório dos degredados do Reino e dos desclassificados da colônia era absolutamente necessário para a manutenção do efetivo das tropas coloniais, já que os constantes atrasos dos soldos e a violência do cotidiano militar eram motivos suficientes para afastar os voluntários. Por sua vez, os privilégios concedidos pela Coroa às ordens religiosas e a determinadas profissões, entre os quais se incluía a isenção do serviço militar, tornou extremamente penosa a função do recrutamento. Por isso, a Coroa portuguesa fez intenso uso do degredo como uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo em que tentava libertar-se de elementos indesejados na metrópole que, por sua vez, poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos.

Normalmente, o alistamento dos oficiais destinados à guarnição de Sacramento fazia-se no Reino, enquanto os soldados poderiam também vir da metrópole ou do Rio de Janeiro, a cujo governo Colônia estava subordinada. Já em 1679, ao organizar a expedição que viria a fundar a Colônia do Sacramento, D. Manuel Lobo ordenou o recrutamento compulsório de quantos homens pôde capturar no Rio de Janeiro: operários, aprendizes, comerciantes, mendigos e mesmo os presos, aos quais foi concedido o perdão em troca do alistamento<sup>16</sup>. A câmara da cidade não deixou de protestar ao rei contra o procedimento do governador, pois, a fim de evitar o serviço militar, muitos agricultores e operários fugiram para as matas<sup>17</sup>, abandonando os engenhos, prejudicando desse modo a economia

14 BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, pp. 163-164.

15 Requerimento de Manuel Ferreira de Sande. *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]* Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 260.

16 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 42.

17 A prática de buscar nas matas refúgio contra o recrutamento compulsório continuou a ser comum durante bastante tempo. Em 1722, o governador do Rio de Janeiro informou que não tinha homens disponíveis para enviar a Colônia “e caso que os houvesse, estes mais facilmente desertam fugindo pelo mato, como tinha mostrado a experiência”. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de março de 1722. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 75v.-76.

local<sup>18</sup>.

Se houve violência no recrutamento, o príncipe regente tentou garantir a boa vontade dos recrutas, ordenando a D. Manuel Lobo que pagasse um mês de soldo adiantado aos oficiais e soldados, enquanto os efetivos da cavalaria deveriam receber dois meses adiantados<sup>19</sup>. Contudo, o fundador não demorou a se queixar da “incapacidade da gente que trouxe do Rio de Janeiro”, soldados que, até então, “considerava maus só no militar os experimentei malísimos em todas as suas ações”, o que não surpreende se nos lembrarmos da forma como foi feito o recrutamento. Reclamou ainda que, aproveitando-se da enfermidade que padecia, “os brasileiros se licenciaram tanto que desobedeciam a seus oficiais”. Segundo Lobo, os melhores soldados eram os reinóis<sup>20</sup>, já que, com poucas exceções, os brasileiros “iam muito pouco às faxinas e nelas trabalhavam o que queriam, que era muito pouco, e com aquela calma que no Brasil costumam fazer todas as coisas<sup>21</sup>”.

As queixas contra os soldados brasileiros são constantes na documentação pesquisada. O governador Sebastião da Veiga Cabral reclamou ao rei que, dos soldados que pedira ao Rio de Janeiro, “só doze eram capazes, e os mais inúteis, por despídos e descalços, e outros mulatos”. O preconceito de Veiga Cabral contra os soldados mestiços não deixou de ser severamente reprovado pela Coroa, que estranhou a atitude do governador de Sacramento, respondendo-lhe que “ainda que fossem mulatos, como destes se componha a maior parte do Brasil, e não haverem muitos outros de diferente qualidade, e neste Reino, em que podia haver muito maior escrúpulo, serviram muitos, e ocuparam postos<sup>22</sup>”.

Em 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa queixava-se ao vice-rei do Brasil que muitos dos seus soldados eram aleijados e doentes<sup>23</sup>. Escreveu também à Coroa sobre a grande quantidade de desertores que resultava da má qualidade da tropa, composta por soldados novos e “mulatos”, sendo em sua maioria “degredados, uns por ladrões e outros por vários crimes”. Por isso achava melhor que se fizesse o recrutamento em Portugal e nas ilhas. Mas ainda achou necessário acrescentar que os recrutas não deveriam desembarcar no Rio de Janeiro “por não tomarem a língua da terra, que só

18 COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 191.

19 Regimento de D. Manuel Lobo, in: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. Cit. vol. 2, p. 7.

20 Das quatro companhias que formavam a guarnição de Sacramento no tempo de D. Manuel Lobo, uma fora recrutada na metrópole, enquanto as outras foram formadas no Brasil. Cf. Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Universidade de Coimbra, 1973, p. 51.

21 Carta de D. Manuel Lobo ao príncipe regente, 21/09/1680. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 33.

22 Carta de D. Pedro II ao governador Sebastião da Veiga Cabral, 22/10/1699, in: ALMEIDA, Luís F. de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Universidade de Coimbra, 1957, p. 560.

23 Carta de Gomes Barbosa ao marquês de Angeja, 12/04/1718, in: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, p. 67.

desta sorte me parece não desertarão, por não saberem o viver do Brasil<sup>24</sup>”.

Segundo a opinião do governador Antônio Pedro de Vasconcelos, “o Brasil não tem gente para o recrutar, e a experiência mostra não serem os filhos daquele país mui próprios para a guerra”. O Conselho Ultramarino não deixou de dar razão ao governador, dizendo que nos brasileiros “se acha mais frouxidão e [são] menos sofredores do trabalho<sup>25</sup>”. Em 1764, o vice-rei Conde da Cunha pedia à Coroa que o recrutamento para as guerras no sul fosse feito em Portugal, alegando que não queria “os cariocas, porque são moles e faltos de valor”. Também não serviam recrutas das outras capitanias do Brasil, pois dizia que eles “não tem préstimo, pela sua excessiva preguiça e negação para a vida militar<sup>26</sup>”.

Em favor dos militares do Reino, contava o fato de que geralmente já tinham experiência militar antes de chegar aos domínios ultramarinos. José de Mirales, escrevendo sobre o ataque espanhol de 1735, escrevia que, face à cavalaria inimiga, composta por mil e duzentos soldados, os portugueses só contavam com cento e sessenta soldados, “porém quase todos estes, transmontanos, da Beira, de Entre Douro e Minho, já disciplinados, e bem instruídos na guerra passada, e tropas das ditas províncias de donde tinham vindo no ano de 1717 povoar a Colônia<sup>27</sup>”.

A falta de apreço pelos soldados brasileiros ia mais além do que o simples preconceito dos oficiais e governadores, reinóis em sua maioria. O recrutamento compulsório que visava à obtenção da maior quantidade de homens possível no menor tempo, ao mesmo tempo em que tinha por objetivo livrar as cidades dos elementos indesejados, foi o principal elemento responsável pela baixa qualidade do soldado recrutado na América portuguesa. Outro fator que pesava contra o soldado brasileiro era a falta de experiência no cavalgar, arte de extrema importância no pampa.

Alertando sobre as dificuldades em recrutar homens qualificados para a formação de um regimento de cavalaria, o governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça, escrevia que: “formar os regimentos de homens que nasceram na América, se criaram nos portos de mar e se sustentaram com bananas, e esperar de tal gente efeitos vigorosos, é mal conhecer o caráter das nações”. Completava seu raciocínio com o velho preconceito dos reinóis: “Eu antes quisera duas tropas de europeus que oito de brasileiros<sup>28</sup>”.

24 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 15/12/1718. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 40.

25 Consulta do Conselho Ultramarino de 14/04/1722. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 78-81v.

26 Apud MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 162.

27 MIRALES, José de Mirales “História Militar do Brasil”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII, p. 95.

28 Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26/03/1737, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte,

Cristóvão Pereira de Abreu, encarregado pelo governador de São Paulo de socorrer Colônia durante o sítio de 1735-1737, criticou o fato de que a estratégia portuguesa para salvar Sacramento concentrava-se unicamente na atividade da marinha. Argumentava então que, sem o domínio do interior, “pouco importará conservar a Colônia e ganhar Montevidéu sem termos cavalos com que nos façamos senhores da campanha, que o inimigo facilmente pode conservar e ter-nos em dois currais<sup>29</sup>”.

Entretanto, tudo indica que a concentração do esforço de guerra nas operações marítimas não se devia à falta de visão dos estrategistas portugueses, mas sim à falta de soldados para organizar um maciço ataque terrestre. Os paulistas, que eram os homens a quem a Coroa sempre recorria quando precisava de gente para desbravar o sertão, estavam dispersos pelas minas. Mesmo que o conde de Sarzedas tivesse conseguido recrutar mais do que os cento e sessenta homens que se juntaram a Cristóvão Pereira de Abreu<sup>30</sup>, não seria possível formar bons cavaleiros num breve espaço de tempo, uma vez que, segundo o brigadeiro José da Silva Pais, as lides campeiras levam muitos meses para serem aprendidas<sup>31</sup>.

Em situação de perigo, quando o recrutamento era feito às pressas, mesmo os soldados do Reino eram depreciados, como em 1736, quando o Gomes Freire de Andrade queixou-se a Martinho de Mendonça que os navios recém-chegados da metrópole para o socorro de Colônia “trazem mui bisonha guarnição<sup>32</sup>”. Pareceu-lhe, então, ser preciso acrescentar à expedição duas companhias de granadeiros e cem homens escolhidos dentre a guarnição do Rio de Janeiro.

De fato, se atentarmos para a documentação, o que vemos é que o recrutamento compulsório de gente indesejável era o principal responsável pela baixa qualidade dos recrutas e não a sua terra de origem. Em 1732, o governador do Rio de Janeiro queixou-se de que Antônio Pedro Vasconcelos lhe devolveu o soldado Diogo de Faria, considerado pelo governador de Sacramento como de ânimo “ferino e matador”. Em resposta aos protestos enviados ao Conselho Ultramarino, Luís Vahia Monteiro respondeu ironicamente que não mandaria mais “nem fracos porque não servem para o serviço, nem os de gênio matador, ainda que esse seja o ofício dos soldados<sup>33</sup>”.

O recrutamento compulsório também servia como uma maneira eficaz de desembaraçar-

---

1911, vol. II, p. 402.

29 Cristóvão P. de Abreu a Gomes Freire, 08/11/1736, in: *Revista do IHGRS*, nºs 109 a 112, pp. 16-17.

30 TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946, vol. 8, pp. 509-513.

31 Carta de Silva Pais a Gomes Freire, 21/03/ 1737, in: *Revista do IHGB*, tomo 32, p. 121.

32 Carta de Gomes Freire a Martinho de Mendonça, 30/05/1736, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1911, vol. II, p. 240.

33 Carta de Vahia Monteiro a Vasconcelos, 29/08/1732. *Arquivo Nacional*, cód. 83, vol. 4, f. 104v.

se de alguma pessoa inconveniente. Por provisão real de 30 de janeiro de 1738, José Inácio da Fonseca conseguiu licença de um ano a fim de voltar a Portugal para resolver negócios pendentes. Queixava-se de que devido a desavenças com seu sócio, este o inscrevera como soldado, o que lhe arruinou o comércio e o crédito, pois vários comerciantes de Lisboa lhe fiaram grande quantidade de fazendas, sendo que só a D. Paulo Jerônimo Médici devia mais de dez mil cruzados.<sup>34</sup> Em 1742, Manuel Tavares da Silva, soldado Dragão da guarnição de Rio Grande, representou ao brigadeiro Silva Pais “que ele suplicante veio potenciosamente das Minas, por pessoa sua inimiga, que avilosamente lhe maquinou a destruí-lo”.<sup>35</sup>

De fato, não era raro que algumas pessoas abusassem do poder que lhe fora conferido pelo sistema de ordenanças, a fim de proceder a vinganças pessoais. O governador interino de Minas Gerais escrevia ao governador do Rio de Janeiro, em 1736, que “os oficiais das milícias nada desejam tanto como estas prisões”,<sup>36</sup> referindo-se ao recrutamento forçado para a Colônia do Sacramento. Nos momentos de emergência, como durante o cerco espanhol de 1735 a Colônia, as autoridades perdiam os poucos escrúpulos que ainda tinham com relação ao recrutamento compulsório e fechavam os olhos às arbitrariedades executadas pelos recrutadores. Por isso muitos faziam questão de obter cargos de comando nas ordenanças. Romero Magalhães sintetizou o poder de que estavam investidos com uma frase: “Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda”.<sup>37</sup>

Como só em 1779 um decreto estabeleceu em dez anos a duração do serviço militar, antes dessa data, a incorporação ao exército era encarada como uma condenação perpétua, sentimento reforçado pelos autores militares, que se referem ao serviço militar como uma forma de “servidão”, ou mesmo de “escravidão”.<sup>38</sup> Em vista dessa situação, é natural que os homens procurassem por todos os meios evitar a conscrição.

A deserção era o principal meio de resistência encontrado pelos homens que haviam sido recrutados à força e que, uma vez engajados, se viam submetidos às mais difíceis privações, muitas vezes sem alimentação e vestuário suficientes e com seus soldos constantemente em atraso. Contudo, também não se pode esquecer do interesse de portugueses e espanhóis em fomentar a deserção nas

34 Provisão real e despacho de licença do cabo José Inácio da Fonseca. Rio Grande, 10/12/1742, in: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1977, vol. 1, pp. 190-191.

35 Requerimento que fez Manuel Tavares. Rio Grande, 18/07/1742, in: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1977, vol. 1, p. 178.

36 Carta de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrade. Vila Rica, 28/10/1736, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1911, vol. II, p. 374.

37 Citado por: COSTA, Fernando Dóres. “Os problemas do recrutamento militar...” Op. Cit., p. 121.

38 COSTA, Fernando Dóres. “Condicionantes sociais das práticas de recrutamento militar (1640-1820)”, in: *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*, 1996, p. 13.

tropas contrárias, uma vez que os desertores podiam servir de informantes sobre as atividades dos inimigos<sup>39</sup>.

De fato, a prática de aliciamento à deserção através do oferecimento de um prêmio pecuniário, comum nas guerras da península ibérica<sup>40</sup>, também foi utilizada durante o sítio de Colônia, quando, em fins de 1735, o governador de Buenos Aires ofereceu terras e gado aos portugueses que passassem para o lado espanhol, enquanto que o governador de Colônia, por sua vez, oferecia cinquenta pesos em prata ao inimigo que desertasse, buscando refúgio entre os portugueses<sup>41</sup>. Mesmo em períodos de paz, o aliciamento era constante. Se o governador Vasconcelos queixava-se de que “Colônia era o viveiro da gente com que Sua Majestade Católica povoava as suas Índias<sup>42</sup>”, não deixava de receber desertores, como aconteceu em 1741, quando se negou a extraditar alguns marinheiros espanhóis que buscaram refúgio em Sacramento<sup>43</sup>.

Embora as dificuldades vividas pelo soldado no serviço militar e o aliciamento feito pelos inimigos fossem as principais causas da deserção, segundo o governador Vasconcelos, alguns desertores buscavam na fuga para o território espanhol um meio de se livrarem das dívidas feitas nos domínios portugueses, principalmente em Minas Gerais<sup>44</sup>. Também se deve levar em conta, nas tentativas de deserção, o desespero em não conseguir saldar as dívidas contraídas junto aos comerciantes que vendiam alimentos e mercadorias a prazo aos soldados durante os freqüentes períodos em que o pagamento dos soldos atrasava.

O endividamento era um fator a mais a ligar o soldado ao exército, pois, caso desse baixa sem ter pago o que devia, poderia ser preso por dívidas<sup>45</sup>. Este era do caso de Luís Vieira, soldado de Sacramento, preso pela inquisição em 1725, que declarou se sustentar com seu soldo e não ter “mais que os vestidos e roupa de seu uso”. Acrescentou ainda que devia “a um mercador chamado João Fernandes Jales setenta e um mil e quinhentos réis de dinheiro e fazenda que lhe dava nas ocasiões em que se lhe faltavam os soldos para efeito da sua sustentação<sup>46</sup>”. A mesma situação se verificava em outras partes da América portuguesa, como foi o caso dos dragões de Minas Gerais que: “ao

39 Temos vários exemplos da busca de “línguas”, como os portugueses se referiam aos informantes, na “Relação do princípio da Guerra de Colônia até a chegada da nau Conceição...” in: *Revista do IHGRS*, nº 99, 1945, pp. 41-51.

40 COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões...” Op. cit., p. 976.

41 SYLVA, Silvestre Ferreira da Silva. *Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, pp. 72-75.

42 Consulta do Conselho Ultramarino de 19/04/1730. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

43 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 343.

44 Carta de Vasconcelos ao rei, 18 de outubro de 1722. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 81.

45 PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986, p. 82.

46 NOVINSKY, Anita W. *Inquisição: Inventário de Bens Confiscados a Cristãos Novos*. Lisboa: Imprensa Nacional, s/d, pp. 180-181.

receberem seus soldos parte significativa do montante ficava nas mãos dos comerciantes”.<sup>47</sup>

Apesar da impossibilidade de conseguir deter a deserção, as autoridades coloniais procuraram de todas as maneiras dificultar essa prática. Segundo o regimento de 1716, caso parecesse necessário, o governador poderia ordenar uma “mostra seca”, cujo objetivo era verificar ausências desautorizadas dos oficiais e soldados<sup>48</sup>. Quando era constatada a falta de algum militar, o governador não hesitava em ordenar a sua busca, que não diferia da perseguição a um criminoso ou mesmo de um escravo foragido. A cavalaria era então chamada a patrulhar a campanha em busca dos desertores<sup>49</sup>.

Manuel Félix Correia declarou, por ocasião da sua candidatura ao posto de capitão da cavalaria, que no decorrer de dez anos de serviço na guarnição da Colônia do Sacramento, aonde chegou em 1718, ajudou a reconduzir à praça mais de cem soldados que haviam tentado desertar para o Rio de Janeiro ou para a guarda espanhola de São João. Outro candidato ao mesmo posto, Domingos da Luz e Souza, declarou que, em 1724, andou dois dias e duas noites até encontrar um desertor, que conseguiu prender e reconduzir a Colônia<sup>50</sup>.

Na teoria, os fugitivos que fossem apanhados estavam sujeitos a sofrer a pena capital, mas na prática a deserção era encarada com uma certa naturalidade, pois então ela ainda não estava associada aos conceitos de traição à pátria e desonra que surgiram no século XIX. Durante o Antigo Regime, a defesa da honra era uma preocupação constante da nobreza, que não podia ser cobrada dos soldados, homens recrutados à força, que na maioria dos casos provinham das camadas marginalizadas da sociedade<sup>51</sup>. Devido a esses fatos, a pena capital raramente foi utilizada na punição dos desertores, que em geral eram condenados a castigos corporais, seguidos de um determinado tempo de trabalho forçado nas obras de fortificação.

Se a fidalguia predominava no oficialato da infantaria e, sobretudo, da cavalaria, a carreira na artilharia estava aberta também a todos, já que, mais do que um bom nascimento, essa arma requeria especialização no serviço<sup>52</sup>. Quando se intensificaram as pressões do novo governador de Buenos Aires para que os portugueses se mantivessem no limite do alcance do tiro de canhão, Vasconcelos escreveu ao rei pedindo-lhe novos artilheiros, pois os vinte e um com quem contava “são incapazes

47 COTTA, Francis Albert. *Breve história da polícia militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, p. 46

48 Registro de um regimento que se remeteu para a Colônia do Sacramento, 27/09/1716, in: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 1977, vol. 1, p. 28.

49 Carta de Vasconcelos ao rei, 09/02/1723. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 97.

50 Consulta do Conselho Ultramarino de 26/02/1729, in: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1934, vol. XLVI, pp. 2-3.

51 COSTA, Fernando Dorés. “O bom uso das paixões...”. *Op. cit.*, p. 979.

52 OGG, David. *Europe of the Ancien Régime*. Glasgow: Fontana, 1965, p. 154.



por velhos e estropeados; e o mesmo sucede aos seus oficiais”. Reforçava então à Coroa o pedido que fizera ao vice-rei para que lhe mandasse seis oficiais e cinqüenta soldados de artilharia. Pedia a D. João V que ordenasse ao vice-rei o recrutamento compulsório de Diogo Pais, que servira anteriormente em Colônia como ajudante de artilharia e que, após casar-se em Salvador, abandonara o serviço militar. Embora recomendasse o emprego da força, Vasconcelos aconselhava que se lhe desse, ou promettesse, a patente de capitão, a fim de que Diogo Pais fosse para Sacramento “com mais gosto<sup>53</sup>”.

As funções dos soldados da guarnição de Sacramento não se limitavam ao serviço militar propriamente dito, pois seu trabalho era constantemente requisitado para participar da construção de prédios públicos, especialmente das fortificações. Durante os primeiros anos do governo de Manuel Gomes Barbosa, as tarefas da reconstrução de Colônia foram prejudicadas pela falta de recursos. Em 1718, o governador pediu ao rei que olhasse pelos soldados que trabalhavam na construção de trincheiras, dois quartéis, dois armazéns, um corpo de guarda e nas casas do governador, do ferreiro e dos jesuítas, “sem se lhes dar um só real, que todas estas obras são feitas de pedra e barro, e no fim do que, digo-lhe, pagam do Rio de Janeiro com matá-los à fome<sup>54</sup>”.

Como no passado, as fortificações de Colônia voltaram a ser construídas de terra e faxina<sup>55</sup>, já que, além de serem os materiais mais baratos e fáceis de trabalhar, possuíam a importante vantagem de resistirem bem ao bombardeio inimigo, sofrendo menos com o impacto das balas de canhão que os muros de pedra<sup>56</sup>. Embora fosse mais fácil trabalhar a terra que a pedra, os trabalhos na fortificação seguiam a passo lento, devido ao aprovisionamento deficitário. Barbosa se queixava ao vice-rei que se “não me mandam dinheiro para a fortificação que, sem este, mal se pode fazer; não tenho senão quatro oficiais de pedreiro, que são poucos para tanta obra que está para fazer<sup>57</sup>”.

Antes mesmo de assumir o governo de Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos pediu à Coroa um engenheiro para cuidar da construção das fortificações, pois não confiava na capacidade do que lá se encontrava, o tenente general José Vieira Soares. Aires Saldanha, governador do Rio de Janeiro, suspeitava que Vieira Soares estivesse a serviço dos espanhóis, passando-lhes importantes informações sobre a Colônia do Sacramento. Por essa razão, o governo metropolitano ordenou a Vasconcelos que investigasse o caso com muita cautela e caso fosse comprovada a traição, o

53 Carta de Vasconcelos ao rei, 14 de julho de 1735. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 313.

54 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 06/01/1718. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 38.

55 Sobre a construção das fortificações em 1680 e de 1683 a 1705, consultar: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Universidade de Coimbra, 1973.

56 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.

57 Carta de Gomes Barbosa ao vice-rei, 12/04/1718, in: *Documentos Históricos*, vol. LXXI, pp. 30-31.

engenheiro deveria ser preso e embarcado para Lisboa com uma cópia do auto da prisão. Na mesma ocasião, o Conselho Ultramarino se preocupou em substituir José Veiga Soares, recomendando a partida imediata do engenheiro substituto na frota que estava se preparando para seguir para o Rio de Janeiro<sup>58</sup>.

No entanto, o novo engenheiro, tenente de mestre de campo general Pedro Gomes de Figueiredo, só chegou a Sacramento em 18 de novembro de 1724, no mesmo ano em que se dera a tentativa frustrada dos portugueses de se estabelecer em Montevidéu. No momento em que se reacendia o conflito com os espanhóis, mais do que nunca era necessário dar atenção ao sistema defensivo, mas, se o engenheiro havia chegado, não havia dinheiro para o início das obras<sup>59</sup>.

Vasconcelos imediatamente ordenou a execução de reparos nas fortificações. A madeira necessária para o início do trabalho tinha de ser buscada muito longe, pois na campanha somente existia vegetação de grande porte nas margens dos rios. Ainda em 1724, uma companhia de cavalaria e outra de infantaria, conduzindo cem carretas, se dirigiram ao rio do Rosário, distante oito léguas da Colônia, a fim de adquirir a madeira necessária para restaurar as fortificações, levando seis dias para cumprir a missão<sup>60</sup>. Entretanto, a fragilidade do material às intempéries não lhe dava uma grande durabilidade, pois, cinco anos após, o governador escrevia à metrópole que a praça se encontrava outra vez sem muralhas<sup>61</sup>.

Em 1730, Vasconcelos informou à Coroa que as chuvas haviam espalhado a terra que se juntara para fazer uma trincheira, a qual, “nenhum respeito fazia na forma em que se achava, ainda aos mesmos naturais<sup>62</sup>”. Por isso pediu ao governo que separasse doze mil cruzados da consignação de quarenta mil cruzados que a alfândega carioca destinava à construção das fortificações da cidade para melhorar o sistema defensivo de Colônia. Segundo o governador, “nenhum embaraço podia haver para ser efetivo o trabalho da muralha, podendo-se esperar do serrado dela não fosse tão continuada a deserção que por ora não se podia evitar<sup>63</sup>”.

Os trabalhos de fortificação foram impulsionados pela chegada dos chamados “padres matemáticos”, jesuítas enviados pela Coroa com o objetivo de elaborar mapas da América portuguesa. Ao ter conhecimento da sua chegada ao Rio de Janeiro, Vasconcelos escreveu ao governador Luís

58 Consulta do Conselho Ultramarino de 14/04/1722. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 78-81v.

59 Consulta do Conselho Ultramarino de 25/01/1726. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 346v.-347v.

60 Consulta do Conselho Ultramarino de 26/02/1729, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XLVI, pp. 2-3.

61 Consulta do Conselho Ultramarino de 19/04/1730. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

62 Consulta do Conselho Ultramarino de 09/11/1730. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 83-84v.

63 Consulta do Conselho Ultramarino de 02/03/1732. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 147v.-151.

Vahia Monteiro para que os enviasse a Colônia antes que adentrassem nos sertões, a fim de regularizar o desenho das fortificações<sup>64</sup>. Em outubro de 1730, os padres Diogo Soares e Domingos Capassi se deslocaram para Sacramento<sup>65</sup>.

Em junho de 1731, o padre Diogo Soares informava ao rei que da nova fortificação só havia o desenho do terreno e lugar onde havia de se construir a muralha. Escrevia ainda que “nem o custo e a despesa poderá ser excessiva, porque a pedra é muita, a cal de Vossa Majestade, o salário dos índios limitado, os presos e degredados, que também trabalham, inumeráveis”. Até então a defesa da praça consistia em “quatro montões de terra, que aqui se acham já arruinados”, sobre os quais havia quatro barracas de couro e palha, que não garantiam a defesa, mas antes “servem sim para a contínua deserção da soldadesca, sem que o cuidado deste governador, que neste particular é excessivo, baste a impedi-la<sup>66</sup>”.

No ano seguinte, D. João V mandou dar prosseguimento às obras da fortificação, ordenando ao provedor da alfândega do Rio de Janeiro que, durante quatro anos, remetesse dois mil cruzados anuais, retirados da dízima da alfândega, para os reparos do sistema defensivo. Contudo, Vasconcelos e o engenheiro encarregado da obra voltaram a se manifestar, argumentando que a soma a ser aplicada era pequena demais até para o simples reparo das ruínas, o que levou a Coroa a destinar para a obra os cinco mil cruzados destinados à construção do edifício da cadeia do Rio de Janeiro<sup>67</sup>.

Ainda assim as obras continuaram em ritmo lento. Em abril de 1733 ainda se estava abrindo o fosso do primeiro baluarte da nova fortificação<sup>68</sup>, sendo que o trabalho prosseguiu somente até dezembro, quando acabou o dinheiro da consignação da alfândega do Rio<sup>69</sup>. Parece que a Coroa só se deu conta da extrema lentidão com que seguiam as obras quando os espanhóis iniciaram os preparativos para o ataque a Colônia. Com a aproximação do inimigo, a primeira preocupação do governador foi reforçar a fortificação, ainda inconclusa. Mas, como a nova muralha que se levantava ainda não passava dos alicerces, decidiu restaurar o reduto antigo<sup>70</sup>. Em setembro, Vasconcelos ordenou que toda a população, sem exceção de sexo, ajudasse a guarnição a reparar as defesas, que as chuvas haviam danificado<sup>71</sup> de tal maneira que Simão Pereira de Sá escrevia “que toda a muralha

64 Vasconcelos ao rei, 9 de abril de 1731, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XLVI, pp. 134-135.

65 ALMEIDA, André Ferrand de. *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 100-142.

66 Carta de Diogo Soares ao rei, 27/06/1731, in: MONTEIRO, Jonathas da C. R. Op. cit., vol. 2, p. 80-82.

67 Consulta do Conselho Ultramarino de 23/08/1733. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 195v.196.

68 Consulta do Conselho Ultramarino de 02/03/1734. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 199-201.

69 Carta de Vasconcelos ao rei, 17/02/1734. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 276

70 “Relação do princípio da Guerra de Colônia...” in: *Revista do IHGRS*, nº 99, 1945, p. 41.

71 Certificados referentes aos serviços e méritos funcionais de Caetano de Couto Veloso. *Archivo Regional de Colonia*,

eram portas<sup>72</sup>”.

Os trabalhos de restauração da fortificação continuaram sem parar nos domingos ou dias santos, com a participação de toda a população, inclusive dos meninos da escola, que executavam o serviço cantando como uma forma de suavizar o árduo trabalho<sup>73</sup>. Segundo Pereira de Sá, o governador Vasconcelos os trazia dedicados ao serviço à custa de alguns vinténs e, para dar o exemplo, fora o primeiro a começar o trabalho<sup>74</sup>. Todavia, apesar do empenho do governador e de toda a população, tudo leva a crer que não se conseguiu fazer muita coisa, a não ser melhorar um pouco o estado das fortificações. De fato, logo que o brigadeiro José da Silva Pais e o mestre de campo André Ribeiro Coutinho chegaram a Colônia, em 1736, a fim de ajudar na conclusão das obras do sistema defensivo, “ficaram maravilhados do mal que estava fortificada e de que não sendo necessária brecha para ser entrada no princípio deste sítio<sup>75</sup>”.

Convém ressaltar que o objetivo das muralhas não se limitava assegurar a defesa da praça, pois também visava à garantia da manutenção da ordem interna. Como vimos antes, entre os argumentos do governador Vasconcelos e do padre Diogo Soares para que a Coroa providenciasse a conclusão das obras fortificação, estava presente a expectativa de que cessasse a deserção. Coates salientou que as restrições à mobilidade faziam com que a sorte dos soldados se assemelhasse à dos degredados, obscurecendo assim ainda mais as distinções que pudessem restar entre fortaleza militar e cadeia<sup>76</sup>. De fato, a construção de muralhas facilitava aos oficiais o controle sobre as entradas e saídas do recinto fortificado.

Outra maneira de garantir a vigilância sobre os soldados era alojá-los em quartéis. Como os soldados solteiros tinham maior propensão à deserção, uma vez que nenhum vínculo familiar os prendia à Colônia do Sacramento, eles foram instalados em dois galpões construídos por ordem de Manuel Gomes Barbosa. Estes edifícios deveriam ser grandes estruturas onde não havia qualquer tipo de privacidade, onde um sargento ou um cabo que dormia com a soldadesca estava encarregado de impedir as saídas noturnas. Se os soldados que pernoitavam no alojamento estavam sujeitos a um

---

Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 20.

72 SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* [1737]. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 72.

73 “Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento y demás operaciones de los enemigos desde el mes de septiembre hasta el 18 de diciembre de 1735, siendo Gobernador de aquella Plaza Antonio Pedro de Vasconcellos”. *Revista Histórica*. Montevideo, tomo VII, nº 22, 1916, p. 607.

74 SÁ, Simão Pereira de. Op. cit., p. 72.

75 “Outra relação da guerra da Nova Colônia”, in: *Revista do IHGRS*, nº 99, 1945, p. 108.

76 COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 161.

controle severo, os que pudessem pagar tinham o direito de alugar uma casa, situação que levou os menos favorecidos a enviar uma petição a Lisboa para pedir a construção de quartéis em Sacramento<sup>77</sup>.

Devido ao elevado custo de vida em Colônia, é provável que pouquíssimos soldados solteiros pudessem pagar um aluguel, tendo, pois, de contentarem-se com o alojamento comum. Já os oficiais e os soldados casados podiam construir a casa própria no terreno doado pelo governador. Porém, tudo indica que nos primeiros tempos nem todos conseguiram recursos para a construção, já que, em 1719, Gomes Barbosa registrava a existência de dezesseis ou dezessete barracas feitas com couros nas quais moravam os soldados casados pobres, enquanto os oficiais e outros soldados viviam em cinquenta e uma casas de pedra e barro<sup>78</sup>.

Além de ser usada como mão-de-obra na construção das fortificações e dos alojamentos, a guarnição também foi chamada a participar das obras da igreja matriz, na qual os soldados trabalharam duas horas pela manhã e duas todas as tardes durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos<sup>79</sup>. A intensa participação da soldadesca nas obras públicas era possível porque o serviço militar não exigia dedicação exclusiva. Fora o serviço de vigia, que deveria ser constante, o regimento do exército se limitava a exigir que, ao menos uma vez por semana deveriam acontecer exercícios militares e que “de tempo em tempo se distribuirá pólvora aos soldados, assim em guarnição, como em campanha, para ensiná-los a atirar<sup>80</sup>”.

Se, em fins do século XVII, durante o governo de D. Francisco Naper de Lencastre, a maioria dos soldados procurava garantir sua subsistência através da prática da agricultura<sup>81</sup>, a situação não deve ter mudado muito no século seguinte. Em 1720, segundo o governador Manuel Gomes Barbosa, os militares foram os responsáveis pela maior parte da produção de trigo<sup>82</sup>. Porém, se os oficiais geralmente cultivavam suas terras através do trabalho escravo, além de provavelmente explorar o serviço de seus subordinados<sup>83</sup>, a maioria dos soldados casados trabalhava no campo, onde, na maioria dos casos, só contava com a ajuda da sua família.

A triticultura não exigia trabalho durante todo o ano, mas somente durante o período da aragem e sementeira, que ia de fins de maio a julho e durante a colheita, realizada de dezembro a

77 Carta de Vasconcelos ao rei, 04/05/1732. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 249.

78 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 19/12/1719. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 47.

79 Consulta do Conselho Ultramarino de 02/03/1734. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 199-201.

80 *Regimento para o Exército*, Lisboa, 1708, § 60, § 62.

81 ALMEIDA, Luís F. de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Op. Cit. p. 65.

82 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 11/04/1720. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 64.

83 Os casais povoadores se queixaram ao rei da concorrência da produção agrícola dos oficiais militares, dizendo que os mesmos exploravam suas terras com o trabalho de escravos e de “outras pessoas que por respeito lhe lavram e semeiam o dito campo”. Cf. Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695.

fevereiro<sup>84</sup>, possibilitando conciliar o trabalho na agricultura com o serviço militar, que em sua maior parte consistia na execução de rondas noturnas. O mesmo deveria passar-se na guarda espanhola do rio de São João, onde os portugueses iam comprar pão quando havia carestia de trigo em Colônia<sup>85</sup>.

Era efetivamente necessário que os militares buscassem as mais variadas formas de suprir as suas necessidades, pois era muito comum que o pagamento dos soldos fosse efetuado com atrasos de meses e até mesmo anos, pois, quando da reconstrução de Colônia, em 1716, a Coroa insistiu em manter o velho sistema, que tantos problemas já causara aos governadores do Rio de Janeiro, de retirar das dízimas cobradas na alfândega da cidade o valor que cobriria os soldos da guarnição de Sacramento<sup>86</sup>. O governador do Rio de Janeiro, Antônio Brito de Menezes, não tardou em reclamar que as rendas alfandegárias não poderiam suprir as despesas das guarnições do Rio e de Colônia conjuntamente<sup>87</sup>.

Uma junta convocada pelo governador para debater o problema resolveu que deveriam ser retirados cinquenta mil cruzados da Casa da Moeda para fazer frente às despesas com o estabelecimento da Colônia do Sacramento<sup>88</sup>. Porém, apesar dos esforços do governo do Rio, já em janeiro de 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa informava que os soldados estavam com seus soldos atrasados em um ano e os pedreiros em um ano e dois meses<sup>89</sup>. No ano seguinte, o sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda informava que a guarnição contava com poucos soldados, “por haverem desertado para Buenos Aires parte deles, e estarem mal fardados e se lhe deverem onze meses dos seus socorros<sup>90</sup>”.

A falta de mantimentos e materiais era tão grande que os soldados e os casais tiveram de vender “as camisas para comprarem biscoitos aos castelhanos<sup>91</sup>” e quando já não tinham mais nada para vender “comiam ervas e funcho<sup>92</sup>”. O número de soldados, então, não passava de cento e noventa e, como no Rio de Janeiro, pela falta de homens aptos, era difícil recrutar gente nova, o Conselho Ultramarino recomendou que fossem enviados de Lisboa duzentos soldados<sup>93</sup>. Também recomendava que o efetivo do Terço se mantivesse em trezentos homens<sup>94</sup> e, em 1722, sugeriu que o mesmo fosse

84 GELMAN, Jorge. “¿Gauchos o Campesinos?” in: *Anuário IEHS*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, nº 2, 1987, p. 58.

85 Carta de Vasconcelos ao rei, 25/09/1722. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 76.

86 Carta régia ao governador do Rio de Janeiro, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXIX, p. 369.

87 Antônio Brito de Menezes ao rei, 04/03/1718, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXIX, p. 370.

88 Auto da deliberação da junta convocada pelo governador Antônio Brito de Menezes, 1 de outubro de 1717, in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. XXXIX, p. 370.

89 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 06/01/1718. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 38.

90 Consulta do Conselho Ultramarino de 18/01/1720. *IHGB*, Arq. 1.1.25, ff. 246v-248.

91 Consulta do Conselho Ultramarino de 09/11/1720. *IHGB*, Arq. 1.1.25, ff. 294-295v.

92 Carta de Gomes Barbosa ao rei, 06/01/1718. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 38.

93 Consulta do Conselho Ultramarino de 18/01/1720. *IHGB*, Arq. 1.1.25, ff. 246v-248.

94 Consulta do Conselho Ultramarino de 10/11/1720. *IHGB*, Arq. 1.1.25, ff. 296v.-298v.

elevado para quinhentos<sup>95</sup>.

Assim que assumiu o governo de Sacramento, em 1722, Vasconcelos constatou que os soldados militares, assim como os dos artífices que trabalhavam no serviço real, estavam atrasados desde primeiro de maio de 1720. Para fazer frente aos gastos necessários para pôr em dia o pagamento da tropa, o governador necessitava da enorme quantia de 27.633.451 réis. Chamou então os comerciantes e, com base no que fora ajustado com seus colegas no Rio de Janeiro, pediu-lhes que entregassem ao almoxarife o dinheiro que tinham em mãos, fazendo o mesmo com o que a partir de então entrasse. Com a soma recebida dos agentes comerciais, Vasconcelos pôde pagar mensalmente o valor referente a três meses de soldo atrasado, “por ser assim mais suave a quem me dá o dinheiro como também para não carregar de um salto a Fazenda Real do Rio de Janeiro com tão grande porção de dinheiro<sup>96</sup>”.

Porém, a mudança de governo no Rio de Janeiro, que deixou de pagar as letras de câmbio passadas pelo governador de Sacramento, somada à pressão que os espanhóis exerciam sobre o contrabando e às incursões portuguesas na campanha, levaram o governador Vasconcelos a apelar para o vice-rei, ainda em 1726, já que a guarnição estava com o soldo atrasado em dez meses<sup>97</sup>. Entretanto, tudo leva a crer que nem mesmo o apelo à autoridade vice-real ajudou a resolver a questão, pois, em 6 de abril do ano seguinte, Vasconcelos voltou a escrever ao governador do Rio de Janeiro, informando-lhe que as dificuldades que se enfrentavam em Sacramento eram tantas que “soldados e paisanos vendiam até suas camisas para comprarem biscoitos<sup>98</sup>”.

Se o atraso no pagamento dos soldos era uma situação bastante comum, ele podia trazer funestas conseqüências por ocasião de um ataque inimigo, como aconteceu no início do cerco espanhol em 1735, quando a guarnição, “aflita e cansada, sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia, e servia com repugnância”. A situação foi remediada pelo oferecimento ao governador de uma grande soma por parte dos comerciantes, entre os quais Simão Pereira de Sá relaciona Domingos Álvares Calheiros e José de Meira da Rocha, “com que se fez pagamento geral às tropas, contentando assim àqueles que pelas queixas se podiam fazer rebeldes aos superiores, traidores à pátria”. Certamente os comerciantes contavam em pedir posteriormente à Fazenda Real a devolução do dinheiro emprestado, pois como ainda observa Pereira de Sá, “sempre foram os vassallos ricos o tesouro mais seguro de seus

95 Consulta do Conselho Ultramarino de 06/03/1722. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 66-66v.

96 Carta de Vasconcelos ao rei, 18/12/1722. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 81.

97 Carta de Vasconcelos ao vice-rei, 31/03/1726, in: MONTEIRO, J. C. Rego. Op. cit., vol. 2, p. 77.

98 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 196.

príncipes<sup>99</sup>”.

Com poucos recursos humanos para explorar e defender um gigantesco império colonial que se espalhava por todos os continentes, a Coroa portuguesa fez largo uso do sistema de degredo, pelo qual buscou fazer das pessoas indesejáveis ou desprotegidas na metrópole colonos e soldados nos domínios ultramarinos. O recrutamento compulsório das camadas marginais da população metropolitana era essencial para garantir a manutenção dos efetivos militares, uma vez que as difíceis condições de vida dos soldados e as poucas chances de fazer carreira numa instituição que, durante o Antigo Regime, guardava as patentes superiores para os membros da nobreza, eram responsáveis pela falta de voluntários para o serviço militar.

A tentativa de pôr fim à deserção dos soldados recrutados à força foi uma das principais razões que levaram a Coroa portuguesa a implementar uma política de povoamento através do favorecimento da emigração de casais. Pretendia-se então escapar da dependência do recrutamento compulsório, apostando na lealdade de homens casados e donos de terras que, acreditava-se, seriam menos propensos a desertar buscando refúgio nos domínios espanhóis. Porém, mesmo com a adoção de uma política de povoamento através do incentivo à emigração de casais a população local nunca conseguiu suprir a demanda de soldados para a guarnição da Colônia do Sacramento, que continuou a depender da remessa de soldados do Brasil e do Reino.

<sup>99</sup> SÁ, Simão Pereira de. Op. cit., p. 75.



# ENTRE MILITARES E VOLUNTÁRIOS: ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO E ESTRUTURA DOS BATALHÕES PROVISÓRIOS CEARENSES DURANTE A GUERRA DE 1932

**Raimundo Helio Lopes<sup>1</sup>**

Quando a Guerra de 1932<sup>2</sup> foi deflagrada, no dia 9 de julho deste ano, o presidente Getúlio Vargas mostrou grande apreensão com relação aos rumos que a luta teria. Um ataque fulminante à Capital Federal seria um golpe dificilmente rechaçado. Além disso, havia as incertezas quanto ao apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul ao Governo Federal. Nesse clima, o presidente registrou em seu diário pessoal o temor da derrota e chegou até a escrever uma carta comentando uma possível queda de seu Governo.<sup>3</sup>

O ataque ao Rio de Janeiro não veio, mas isso não garantiu a tranquilidade do Governo Provisório. Era necessária uma estrutura forte e coesa para ganhar a luta que despontava. Góes Monteiro, militar atuante que ingressara no Exército nos primeiros anos do século XX e tornara-se forte aliado de Getúlio desde a década de 1920, foi escolhido como comandante das tropas federais, um dos grandes líderes militares que conduziriam o combate aos rebeldes. Dez dias depois que o movimento foi iniciado, Góes escrevia um relatório sobre as atividades bélicas e, em sua análise, a situação não era muito favorável:

A posição de São Paulo é forte, comparado a seu estado de preparação para sustentar a guerra civil com o restante do país empobrecido, sem recursos acumulados e na maioria dispersos. (...) O movimento foi preparado moral e materialmente com grande antecedência, e deflagrou de surpresa sob pretexto político que poderá ser transformado e caracterizado mais tarde na idéia de secessão. (...) A potencia militar de São Paulo resultou de uma preparação cuidadosa, parte ostensiva, parte secreta, até é escolha do momento julgado oportuno para empenhar a luta armada. O terreno, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista topográfico e quer se considere do ponto de vista de recursos econômicos, industriais e das vias e comunicação, oferece toda espécie de vantagens aos paulistas. Os interesses

1 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Doutorando em História, Políticas e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/ FGV.

2 Mais conhecida em nossa historiografia como Revolução Constitucionalista de 32, esse foi um dos maiores eventos bélicos da história republicana brasileira. Adoto a denominação de Guerra de 1932 porque chamá-lo de Revolução Constitucionalista já é marcá-lo com uma determinada postura interpretativa. Sobre isso ver De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998. p. 23.

3 D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunho do poder. In. GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 297.

nacionais sofreram pesadamente, a Nação convalescente ficou praticamente desarmada, ao rêves que São Paulo se armava consideravelmente, aumentando sua Força Pública, criando unidades irregulares, captando todos os recursos militares em pessoal e material, inclusive os disponíveis na 2ª Região Militar, que ficou contaminada pela efervescência reinante, após os actos impolíticos, incompreensíveis e ineptos do ultimo comandante da Região e dos elementos que com a sua ação se prestavam a irritar mais os ânimos. São Paulo poderá armar efetivos muito mais numerosos do que o governo, imediatamente, fabricar munições e engenhos de guerra e tudo mais quanto lhe falte, para jogar onde forem precisos. Se bem dirigidos e coordenados os esforços, aproveitando as comunicações fáceis e o terreno, os paulistas poderão pôr o governo em xeque, por largo tempo, recebendo até recursos de fora (via Mato Grosso, sobretudo aviação e armamento) para alimentar as perdas. Há pois necessidade de se fazer o máximo de sacrifício para dotar as forças unionistas de meios suficientes com que possam abordar São Paulo por todos os pontos possíveis.<sup>4</sup>

Nas palavras do general, São Paulo possuía vantagens evidentes: além de ser o Estado mais rico da federação, o processo de mobilização e envolvimento da população com os ideais de luta foi intenso e vinha se desenvolvendo desde o ano anterior; tinha uma vantagem geográfica no campo bélico que dificultaria a ação governista; detinha uma estrutura industrial inegável que auxiliaria na produção de armamentos; uma Força Pública bem preparada, já que fora treinada pelo Exército Francês na década de 1910, antes do próprio Exército Nacional; e um importante contingente das Forças Armadas estava ao lado, ou ao menos em seu território. Em 1926, o Exército possuía 39 mil pessoas em seu efetivo, e Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, juntos, respondiam por mais de 26 mil. Só o Estado bandeirante representava 14 mil desse total.<sup>5</sup>

O Governo Provisório precisaria tomar sérias medidas para combater o inimigo, e o comandante apresentou ao presidente sugestões para o combate:

As previsões nesse sentido não devem ser limitadas por consideração de espécie alguma e devem encarar:

- a) a estabilidade política geral;
- b) a campanha anti-derrotista;
- c) a aquisição de material no estrangeiro (aviação, armamento, munição e outros recursos);
- d) bloqueio marítimo e investimentos de fronteiras terrestres;
- e) intervenção diplomática para evitar o contrabando bélico;
- f) aumento do Exército, segundo um plano definitivo;

4 Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Doravante, Cpdoc-FGV.

5 Essas informações estão em McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 294.

g) medidas de toda natureza para facilitar a execução do plano de operação estabelecido nas Diretivas geraes nº 1, de 18 do corrente.

Um ataque geral apressado, mal preparado, poderá resultar em fracasso. O estado da tropa em geral ressentem-se de tudo quanto é próprio para uma campanha e somente ações locais, em regra, dificultadas pelo terreno, pelo mau enquadramento da tropa e outras causas psicológicas poderão, no principio, fornecer o quadro das operações.<sup>6</sup>

Nas palavras de Góes Monteiro, Vargas necessitaria investir consideravelmente em dois pontos para que a luta fosse vencida: no equilíbrio político, amenizando as tensões que levaram à deflagração da guerra, e nas forças militares, através de um plano que deveria isolar São Paulo e fortalecer o Exército. Realmente, muitas dessas medidas foram tomadas pelo Governo Provisório, seguindo as orientações do general e de outros setores militares.<sup>7</sup> Mas, de todas estas, o ato que mais envolveu o Brasil na luta foi, sem dúvidas, a convocação de forças militares para combater os revoltosos a partir do aumento das tropas federais no campo de operações.

As tropas voluntárias consistiam no grande esforço do Governo Provisório para aumentar suas forças diante do imponente inimigo e sua estrutura de guerra. Além da convocação para a luta das unidades oficiais do Exército espalhadas pelo país, vários interventores – os de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – ofereceram batalhões provisórios para o combate.<sup>8</sup> Todavia, pelo que se pôde perceber na documentação sobre a guerra, a maioria partiu do Norte do país<sup>9</sup>. O presidente comunicava, em um telegrama de 23 de julho, a Juarez Távora sobre as tropas nortistas:

Recebi seu telegrama. Bem conheço a sua nobre dedicação de revolucionário, refletida em suas destemerosas atitudes, e sou o primeiro a exaltar colaboração militar no momento, prestada maior eficiência á nossa causa. Quanto organização forças Norte, formando Divisão sob seu comando, opina Estado Maior Exército, não permitir desenvolvimento tomaram operações semelhante enquadramento, porquanto essas forças precisam ser incorporadas, de acordo necessidades, aos diversos sectores militares em ação, como esta acontecendo tropas

<sup>6</sup> Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Cpdoc-FGV.

<sup>7</sup> O trabalho que melhor estuda a organização militar federal para a Guerra de 1932 é o de HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

<sup>8</sup> HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 170-184.

<sup>9</sup> Entendo como Norte a área geográfica e política formada pelos estados das atuais regiões Norte e Nordeste, além do Espírito Santo, que passaram a atuar de forma mais destacada no contexto de mudanças dos anos de 1930 e se reconheceram como um bloco político coeso, articulando muitas ações de organização e participação política, buscando angariar mais força no cenário nacional. Mais sobre isso em: PANDOLFI, Dulce. **A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político**. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. A documentação a que me refiro consiste nos diversos fundos documentais em que pesquisei – em especial no Arquivo Histórico do Exército, CPDOC/FGV e Arquivo Nacional – para a tese de doutoramento que venho desenvolvendo sobre o Norte do Brasil e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932.

vindas do Sul.<sup>10</sup>

Juarez Távora ofereceu ao Governo Provisório sua ajuda para organizar e liderar as tropas nordestinas, utilizando para isso seu enorme prestígio na região. Influenciado pelo Estado Maior do Exército, Vargas não apóia a idéia, pois os contingentes que estavam chegando incorporar-se-iam às tropas militares mediante a necessidade de cada uma delas. Em resposta no dia seguinte, Juarez Távora afirmava estar ciente da determinação do Governo e haver telegrafado para interventores do Norte informando de sua ação. Para “evitar susceptibilidade poderiam prejudicar nossa atual harmonia, vistas unidos esforços, e também para permitir melhor distribuição tropas Norte varias frentes”, o ilustre tenente continuaria seu trabalho no setor mineiro, sem maior envolvimento com as tropas vindas de sua região de origem.<sup>11</sup>

A opção pelos batalhões provisórios tinha o apoio do Ministro do Exército, o General Espírito Santo Cardoso, mas nem todos da alta cúpula militar que estavam envolvidos na defesa do Governo Provisório concordavam com a medida. Góes Monteiro, diretamente das frentes de combate, telegrafou ao presidente comentando o assunto:

Apelo eminente Chefe e amigo para que não consinta organização tropas irregulares em Estados que não estão preparados para essa mobilização como o Rio Grande. Lembro crear unidades Exercicio em todos os Estados ás quais ficarão disposição interventores lançando mão oficiais efetivos, reformados e reservistas. Os comandantes do Exercicio poderão ser escolhidos pelos interventores, mas, de qualquer forma, serão tropas nacionalistas constituídas ás vossas ordens e dependentes do Governo Federal. Peço eminente patriota refletir consecuencia preparação membros forças regionalistas em meio desorientação idéas e perturbação espíritos. Estou certo que sabeis conter tendencias irrefletidas que de bôa fé poderão transformar-se em instrumentos inconscientes do secessionismo. Em meio minhas responsabilidades, quero ter certeza que mais uma vês avisei presado amigo e Chefe, impedindo se prepare uma situação que não corresponda ás intenções do vosso patriotismo nem as grandes esperanças que nos entregamos com o proposito bem demonstrado de conserva-las intactas apesar de quais quer sacrificios.<sup>12</sup>

Segundo Góes Monteiro, as forças irregulares poderiam se tornar um problema para o país nesse momento conturbado que a nação atravessava. Destacando o caso gaúcho, o general era a favor de tropas compostas por oficiais, da ativa ou não, com vínculo militar e que fossem diretamente

<sup>10</sup> Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Cpdoc-FGV.

<sup>11</sup> Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Cpdoc-FGV.

<sup>12</sup> Idem. Telegrama datado de 24 de Julho de 1932.

subordinadas ao Exército e não às Interventorias, o que revela uma suspeita de Góes em relação a esses aliados e as forças locais. Caso o Governo estimulasse a organização militar da população, treinando-a e armando-a, alguns elementos mais interessados nos poderes regionais poderiam voltar suas armas contra o próprio poder que as constituiu. Em resposta, o presidente deixava clara sua opinião sobre o caso:

Ciente vosso ultimo telegrama, que me sugere seguintes observações. No momento, combatemos um movimento rebelde com feição local e com exacerbado espirito regionalista, ameaçando a propria unidade da Patria. Ao Exercito e á Marinha, como instituições genuinamente nacionais cabe defender essa unidade, legado do esforço nossos antepassados. Por isso, encaro a contribuição que nesta hora dificil, oferecem os outros Estados, enviando as suas policias regulares, obedecendo ao comando geral de oficiais do Exercito, como uma demonstração eloqüente de reação nacionalista, com firme propósito de manter, a qualquer preço, a integridade do Brasil. Quanto ás tropas irregulares poucas se formaram ou se estão formando, mas não têm caráter regionalista, ao contrario, anima-as um alto espirito de brasilidade e congrega-as o sentimento do perigo comum que ameaça a Patria e quase todas tem a assistência de oficiais do Exercito, se não no comando, pelo menos na instrução da tropa. Todas as forças do Exercito, das milícias regulares ou das organizações provisórias, que combatem esta explosão de orgulho regionalista, estão impregnadas e dominadas de um forte sentimento de amor ao Brasil, isentas do espírito de qualquer preponderância regional.<sup>13</sup>

Para Vargas, as tropas voluntárias não tinham o caráter regionalista como os revoltosos, mas eram motivadas pelo nacionalismo na defesa do Governo. Mesmo sendo compostas por elementos não militares, as Forças Armadas estariam presentes na organização e no treinamento dessas tropas. Demonstrando confiança no corpo militar e nos seus apoiadores, o presidente estava certo da importância e do valor dessas forças na guerra. Mais do que a ratificação da organização dos batalhões voluntários junto às divergências internas do Exército, o Governo Provisório contribuiu de diversas formas para a sua efetivação.

Em circulares dirigidas aos interventores do Norte e do Nordeste, nos dias 14 e 15 de julho, o presidente informava da necessidade das forças voluntárias e da importância da incorporação de reservistas, vista a experiência prévia com o Exército. Além disso, anunciava a liberação de verbas para os batalhões através das delegacias fiscais dos Estados e do Ministério da Fazenda.<sup>14</sup>

No caso do Ceará, o interventor estadual respondeu ao presidente, em 14 de julho:

13 Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Cpdoc-FGV. Telegrama datado de 25 de julho de 1932.

14 HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 172.

Acabo ser informado Ministro Aranha ordenou, delegacias Fiscais, intermedio Banco do Brasil, atender a requisição interventores. Vou providenciar urgente preparação primeiro contingente quinhentos homens qual aguardará somente ordem V. Exa. seguir defesa Revolução. Apélo V. Exa. sentido passar interventoria secretario interior cearense combater lado que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil.<sup>15</sup>

Nesses termos, Roberto Carneiro de Mendonça, interventor cearense, avisava sobre a autorização da verba e a vontade de seguir junto com as tropas para o *front* de batalhas. Em resposta, Getúlio Vargas afirmou que a permanência dele no Ceará era imprescindível, trabalhando junto ao Governo Provisório.<sup>16</sup> Em outro telegrama, de mesma data, o interventor descrevia a situação militar no Ceará e os preparativos para o embarque dos primeiros combatentes:

Resposta telegrama Vossencia tenho informar nenhuma tropa deste Estado embarcou até presente data. (...) 23º B.C. pronto embarcar, dispõe apenas efetivo 342 homens armados, equipados, pois somente hoje recebeu ordem abrir voluntariado preferencia reservistas. Seria grande vantagem Vossencia providenciasse autorizar comandante completar efetivo previsto regulamento nr. 5 infantaria, ficando, assim, efetivo 800 homens. Caso Vossencia determine embarque efetivo atual necessario ser ficar aqui nucleo trinta homens com dois oficiais para receber e preparar novos contingentes. Resolvendo, porem, aumentar efetivo indispensavel, desde já remessa fardamento ficando equipamento recebimento ocasião chegada Rio. Para pagamento contingentes federais faz-se mistér ordem Delegacia Fiscal aqui. Policia estadual reduzida metade efetivo após vitoria revolucionaria dispõe homens espalhados interior, indispensavel policiamento. Podemos, porém, organizar prontamente contingente 500 homens desde que haja remessa numerario para fardamentos e vencimento. Vossencia enviando 250 contos disporá facilmente auxilio povo cearense.<sup>17</sup>

Na explanação do interventor cearense, fica patente o reduzido número de oficiais do Exército no Ceará. Sugeriu o interventor que este contingente fosse aumentado, dentro das normas militares, para 800 pessoas. Caso não alterasse esse quadro, a própria organização dos voluntários ficaria comprometida, pois não haveria oficiais suficientes para a tarefa. A polícia local também sofria com a pouca quantidade de servidores em seu efetivo, fruto da reorganização iniciada após 1930.<sup>18</sup> Além disso, revelou também a necessidade de fardamento e dinheiro para a materialização do apoio, pois sem a verba ficaria irrealizável a organização militar. Dos 250 contos pedidos, chegaram à Interventoria,

<sup>15</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional.

<sup>16</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional..

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Segundo McCann, a força estadual do Ceará contava com 1000 homens no seu efetivo. McCANN, Frank D. Op. Cit. p. 294.

no dia 25 de julho, apenas 50<sup>19</sup>, sendo assim iniciada a preparação dos batalhões provisórios no Ceará. Caso tenha chegado mais verba esta não foi notificada por ofícios da Interventoria. O volume de dinheiro gasto pelo Governo Provisório impressiona: 25% de todo o orçamento federal em 1932 foi destinado ao Exército, sem contar a Marinha, que ficou com pouco mais de 6%. Nos anos anteriores à guerra, o Exército não dispunha mais do que 13%. Nem mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, a verba específica do orçamento foi mais que um quarto para o Exército, mas o total despendido com as Forças Armadas foi superior a 35% no ano em que o Brasil entrou no conflito mundial.<sup>20</sup>

Assim, mesmo recebendo voluntários desde o início da guerra, o 1º Batalhão Provisório cearense foi criado oficialmente pelo decreto nº 711, de 5 de agosto e deveria ser composto por 25 oficiais e 547 praças.<sup>21</sup> O quartel ficou situado no Teatro José de Alencar, no centro da cidade de Fortaleza, local de grande movimentação. Além dos praças, as tropas possuíam uma companhia de metralhadoras, que teve como encarregado da organização Gregório Bezerra, importante líder comunista brasileiro que, durante o ano de 1932, era Instrutor de Educação Física no Colégio Militar de Fortaleza, incorporando-se por esse meio às forças voluntárias. Lembra o ilustre comunista que não existiam metralhadoras no Ceará, tendo ele ministrado apenas aulas teóricas, ficando os treinos práticos e de técnicas de tiro apenas para a base militar no Rio de Janeiro.<sup>22</sup> Comandado por Olímpio Falconière da Cunha, Capitão do Exército e Coronel do Corpo de Segurança Pública (C.S.P.), este batalhão partiu no dia 15 de agosto.

Os 2º e 3º batalhões provisórios foram criados pelo decreto nº 736 de 29 de agosto de 1932. Eles tinham composição semelhante ao primeiro que embarcou: batalhões com 500 praças e 25 oficiais cada.<sup>23</sup> Partiram no mesmo dia, 13 de setembro, sob o comando dos Capitães do Exército e Tenentes-Coronéis do C.S.P. Heitor Cabral Ulissea e Djalma Baima, respectivamente.

As forças ficaram aquarteladas, uma no Teatro José de Alencar e a outra no “antigo edifício da Escola de Aprendizes Artífices”, ambos na Praça José de Alencar. Os soldados tiveram treinamento

19 Ofício nº 914, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

20 CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930 – 1945. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 89.

21 ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933. p. 67.

22 BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 220. Em suas memórias, Gregório afirma que fazia parte do 2º Escalão do 23º B.C., mas pela descrição de sua tropa, de seus comandantes e das batalhas em que esteve presente durante a guerra é possível afirmar que, na verdade, ele integrou-se ao 1º batalhão provisório do Ceará.

23 ESTADO DO CEARÁ. Op. Cit. p. 102.

com uma metralhadora “Horticks” e foram acompanhados de cem cavalos e muares, enviados para auxiliar na luta. Recebiam três refeições e treinamentos diários, mas essa tropa só pegaria o armamento quando chegasse ao quartel na capital federal, segundo o que foi noticiado pela imprensa cearense.<sup>24</sup>

Três dias depois do embarque do primeiro batalhão, o interventor avisa ao presidente que:

Preparar e exercitar pessoal quasi impossivel por terem seguido batalhão provisorio oficiais, sargentos disponiveis. 23º B/C teve ordem organizar segundo escalão efetivo determinado Estado Maior. (...) Permita V. Exa. lembre conveniencia embarque imediato referido batalhão, fim ser instruído no Rio, mais rapidez, eficiencia.<sup>25</sup>

Dessa forma, sobre o embarque do 2º e 3º batalhões provisórios, Carneiro de Mendonça reafirmava a antiga advertência:

Tenho prazer informar organização 2º e 3º provisorios regularidade e possivel rapidez. Acordo instruções Ministerio Guerra, ambos terão efetivo de 500 homens. Como disponho redusido numero oficiais e sargento, conforme instruções anteriores V. Ex., logo estejam organizados seguirão Rio fim completarem instrução campos Vila Militar para isso aparelhados. (...) Infelizmente, dado falta de instrutores, não poderão seguir condições primeiro, qual ahi chegou, quase pronto marchar front. Esteja certo V. Ex., Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo V. Ex.. Tenho prazer comunicar que voluntarios interior Estado chegam diariamente Capital desejosos marchar defesa Ditadura. Logo complete efetivo 3º batalhão, darei inicio organização 4º.<sup>26</sup>

Para o interventor, a organização desse batalhão teve problemas ligados à rapidez com que foi formado e à falta de pessoas especializadas para prepará-los, devido a partida de muitos destes nas primeiras forças cearenses. O treinamento parece ter sido escasso, já que cinco dias depois desse telegrama foram embarcados juntos o 2º e 3º batalhões, algo que ainda não era vislumbrado na correspondência oficial entre os dois líderes, pois o efetivo deste último ainda não estava completo. Diferentemente do primeiro<sup>27</sup>, esses batalhões ainda necessitavam de preparação antes de encararem os inimigos, o que preocupava Carneiro de Mendonça, pois adverte repetidas vezes Getúlio Vargas do pouco, ou nenhum, treinamento. Esse problema foi recorrente, e talvez não tenha sido exclusividade das forças cearenses, segundo as informações dos líderes militares que estavam nos campos de luta

24 Jornal *O Povo*, 08 de setembro de 1932.

25 Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de agosto de 1932.

26 Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 08 de setembro de 1932.

27 Segundo o interventor, 15 oficiais e sargentos ficaram encarregados do treinamento do 1º batalhão provisório. Idem. Telegrama datado de 15 de agosto de 1932.



reclamando do constante despreparo de muitos soldados.<sup>28</sup> No treinamento no Ceará trabalharam 17 alunos do Colégio Militar de Fortaleza, que logo após a guerra receberam agradecimentos oficiais do interventor, que destacou dois deles que “trabalharam em horas fóra da instrução, sendo que, passaram noites inteiras trabalhando na preparação material das praças”.<sup>29</sup>

A última força provisória que partiu do Ceará, em 29 de setembro, esteve sob o comando do 1º Tenente do Exército e Capitão do C.S.P. Almério de Castro Neves e foi composta por 302 praças. Essa força não foi chamada de batalhão provisório, mas de contingente, talvez porque não tivesse completado os 500 soldados previstos pelas determinações do Governo Provisório.<sup>30</sup> Além disso, seu treinamento pouco repercutiu na imprensa, o que sugere uma baixa preparação militar.

Logo que a arregimentação de voluntários foi iniciada, uma longa reportagem foi publicada na imprensa local revelando um pouco da movimentação e preparação das tropas. Ao lado de Dracon Barreto, militar responsável pela liderança do 1º escalão do 23º B.C. que seguiria em pouco mais de uma semana depois da publicação da matéria, dizia o jornalista que:

Por sua ordem, dentro de uma semana, a carpintaria do próprio batalhão, reconstruiu as suas viaturas, recebendo ao sol, para secar as últimas pinturas de verniz escuro. Três pipas enormes, destinadas a levar água, sobre carretas; quatro carretas, para transporte de cunhetes de munição; safenas de lona, amontoadas, para substituir as da ambulância da saúde, no centro das quais, fulgiam cruces vermelhas. Amplas caixas de pinho passavam, destinadas, talvez, aos cereais, ou as roupas, ou a conter peças de equipamentos. Imensas painéis negros de ferro, contornavam o fogão de campanha – uma cozinha ambulante – tendo as suas tampas ligadas ao recipiente por novas rêsças e parafusos reluzentes. Mais adiante, uma montanha de sabres, de barracas de lona, de cintos de campanha, rodeados de bolsas, para o cartuchame, de manufatura cearense e, entre tal disparidade e inconexão de coisas esparsas, o nobre Comandante dava ordens.<sup>31</sup>

Certamente esta organização de voluntários referia-se ao 1º batalhão provisório, o melhor preparado e equipado, nas palavras do próprio interventor. Além da alimentação, outros preparativos aparecem, como os materiais de guerra e o fardamento. Este era composto por “um uniforme de

28 HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 137 e p. 143.

29 Ofício nº 1276, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93. Para a utilização de funcionários do Colégio Militar de Fortaleza, o primeiro pedido de autorização por parte do interventor ao Exército Nacional, tendo como mediador a Presidência da República, ocorreu em 18 de agosto de 1932.

30 A determinação por tropas compostas por 500 soldados vinha do próprio Governo Provisório. HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 173.

31 Jornal *O Povo*, 23 de julho de 1932

pano kaki, um capacete do mesmo pano, uma camisa, uma cueca de algodão, um par de meias e um par de borzeguins de couro preto”.<sup>32</sup> Sobre as botas, vale ressaltar que foi pedido ao Chefe de Polícia do Estado que autorizasse os detentos sapateiros da Cadeia Pública a trabalharem no Quartel da Segurança Pública, extraordinariamente das 17 às 21 horas, confeccionando os borzeguins para o contingente provisório<sup>33</sup>, uma medida adotada, provavelmente, para conter os gastos e diminuir a precariedade da organização.

Sobre os armamentos, foi visto até aqui que a maior parte deles era entregue apenas no Rio de Janeiro, mas certa quantidade foi distribuída ainda no Ceará, como revela um ofício escrito após o término da guerra destinado ao interventor, no qual o comandante do C.S.P. pedia a devolução de vários “materiais bélicos e acessórios” emprestados à Interventoria:

336 – Fuzis Mauser modelo 1908

106 – Fuzis Mauser modelo 1895

13 – F. M. Hotchkiss, com os respectivos acessórios e 4 canos sobressalentes

02 – Mtr. Leves Hotchkiss, com os respectivos acessórios e canos sobressalentes

22 – Cofres de munição

220 – Carregadores para metralhadora

06 – Sabres-punhais modelo 1908

2000 – Cartuchos de guerra tipo P para fuzil

600 – Cartuchos de guerra ogivais para arma automática

1550 – Tiros de festim

01 – Máquina de carregar

01 – Caixa de acessórios

Alem desse material, mais 50.000 tiros de guerra tipo P para fuzil, que lhe foi entregue pelo 23º B.C., porem já indenizado pelo C.S.P., cuja cautela ja se acha em nosso poder.<sup>34</sup>

Por esse ofício é possível concluir que armas e materiais de combate foram cedidos à Interventoria com o intuito de ajudar na preparação dos batalhões e combater os rebeldes. O Exército e o Corpo de Segurança Pública procurariam garantir o apoio humano e militar para a Interventoria cearense.

Sobre o C.S.P. é importante dizer que muitos dos seus membros, apesar de não ter existido

32 Ofício nº 1127, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará -APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Essas informações aparecem nos diversos termos de deserção de vários soldados voluntários, que serão analisados no capítulo seguinte.

33 Ofício nº 1017, Idem.

34 Ofício nº 1487, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93.

um batalhão específico desse corpo, incorporaram-se às tropas que seguiram para o Sul do país, em momentos diversos.<sup>35</sup> Como é possível imaginar, a diminuição da força responsável pela segurança pública no Estado causava apreensão na Interventoria, que já havia comunicado oficialmente a precariedade desse contingente, que fora reduzido à metade por reformulações iniciadas a partir de outubro de 1930. Essa preocupação fez com que o interventor escrevesse ao Governo Federal, informando que “estando ausente 23° BC, embarcando dia 15 batalhão provisório e sendo reduzidíssimo efetivo companhia polícia sede capital, consulto V. Ex. se me é facultado organizar contingente máximo cem praças”<sup>36</sup> para auxiliar na segurança do Estado. Além disso, houve o pedido, por parte do comandante do C.S.P., para que alguns policiais que trabalhavam internamente fossem mudados de função durante a guerra, “sendo pouca carencia a atuação das mesmas nessa repartição, solicito-vos a fineza de declarar a este Comando, afim de que possa incluir um deles na escala de serviço de policiamento da cidade”.<sup>37</sup>

Juntamente com os batalhões, seguiram para a luta dois escalões oficiais do 23° B.C. em primeiro de agosto e 16 de setembro, respectivamente. O primeiro deles, sob o comando do Tenente-Coronel Alcebiades Dracon Barreto, partiu com 26 oficiais, 700 praças, 18 viaturas e 70 animais.<sup>38</sup> O 2° escalão comandado pelo 2° Tenente Luis Marques de Sousa embarcou com 350 homens.<sup>39</sup>

Em comunicado oficial a 7ª Região Militar de Recife, datado de 19 de outubro, a Interventoria informava com precisão os números dos batalhões provisórios:

1° Batalhão Provisório

OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 4 Capitães; 10 1°s Tenentes; 5 2°s Tenentes, faltando 4 para o completo do efetivo.

PRAÇAS: 3 companhias a 141 praças

1 Cia. M. de Metr. 62 praças

1 Pel. Extranumerário 62 praças

2° Batalhão Provisório

OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 3 Capitães; 3 1°s Tenentes; 5 2°s Tenentes,

35 Em 06 de agosto, o interventor era informado que “praças do Batalhão de Infantaria, Guarda Cívica, e Pelotão de Cavalaria” do C.S.P. foram incorporados nas forças provisórias. Ofício nº 946. Idem. Fato semelhante aconteceu em 01 de setembro, quando sete oficiais da Chefatura de Polícia ingressaram nas tropas provisórias. Jornal *O Povo*, 03 de setembro de 1932.

36 Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 13 de setembro de 1932.

37 Ofício nº 1206, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3° trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

38 Jornal *O Povo*, 01 de Agosto de 1932.

39 Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de setembro de 1932.

faltando 12 para o completo do efetivo.

PRAÇAS: 2 companhias a 141 praças

1 Cia. 100 praças

1 Cia. Metr. Pesadas 64 praças

1 Pel. Extranumerário 54 praças

3º Batalhão Provisório

OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 3 1ºs Tenentes; 6 2ºs Tenentes, faltando 14 para o completo do efetivo.

PRAÇAS: 2 companhias a 141 praças

1 Cia. 100 praças

1 Cia. Metr. Pesadas 64 praças

1 Pel. Extranumerário 54 praças

#### Contingente Provisório

OFICIAL: 1 Capitão

Praças: 302<sup>40</sup>

Sobre esses número é importante destacar alguns pontos. Nenhum deles completou o número exato de oficiais a que se propunha, no caso 25. Quem mais se aproximou foi o 1º batalhão, sabidamente o melhor preparado. Esta tropa foi a que possuiu também o maior número de praças, passando dos 500 propostos pelos decretos que os criaram. Os outros dois tinham o número de oficiais bem aquém do desejado e o quantidade exata de 500 praças. Sobre o último, como já foi dito, parece ter tido um treinamento muito escasso, nem mesmo sendo definido como batalhão, mas como contingente, e não apresentava subdivisões com companhias específicas, como a de metralhadoras. Também vale destacar que apenas um oficial o liderou, sugerindo ter sido escalado mais como um responsável pelo transporte do que como o comandante das forças. Os números de praças dessas tropas somados, sem contar os oficiais, computam 1.849 soldados, mas o total de incorporados, segundo documentação oficial, foi de 2.174.<sup>41</sup>

Todas essas tropas desembarcaram no Rio de Janeiro e foram para a Vila Militar da Praia Vermelha, com exceção do último contingente, pois a guerra chegou ao fim durante a sua viagem. Da

40 Ofício nº 1334, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93.

41 Ofício nº 1296. Idem. Ofício datado de 13 de outubro de 1932.

Vila Militar as tropas eram encaminhadas para os campos de batalha, o que aconteceu somente com o escalão oficial do 23º B.C. e o 1º batalhão provisório, pois os dois últimos não chegaram a lutar, possivelmente fruto do despreparo anunciado pela Interventoria. Segundo informações, do dia 18 de setembro, do Q.G. de Resende as composições de alguns destacamentos do Governo Provisório eram assim distribuídas:<sup>42</sup>

Dest. Dalto Filho	Dest. Newton	Dest. Colatino	Dest. Fontoura
1º R.I.	19º B.C.	9º R.I.	2º R.I.
3º R.I.	23º B.C.	1º B.C.	3º B.C.
22º B.C.	Btl. Pol. Baía (6ª C)	4º Btl Gaúcho	20º B.C.
25º B.C.	Btl. Pol. Piauí	Btl. Pol. Sergipe	2º Btl. Gaúcho
Btl. Pol. R. G. do Norte	III / 9º R.I. (Btl. Buys)	5ª / 1ª G.A.P.	4º Btl. Pol. Baía
R.E.	Cia. M.P. do Dest.		1. Bia. I / 1ª R.A.M.
1. Bia I / 1º R.A.M.	Cia. Extra-numerária		6ª. Bia. II / 2ª R.A.M.
II / 1º R.A.M.	Dest. Cunha (a incorporar)		4ª / 1º G.A.P.
1 Sec. S. Chamond	3ª / 1ª G.A.P.		1º / 1º G.A. Mtl.
I / 2º R.A.M.			
1. Bia I / 1º R.A.M.			
1ª e 2ª / 1ª G.A.P.			
2ª / 1ª G.A. Mtl.			

Inicialmente, deve ficar claro que esse quadro representa somente uma parte da divisão do Leste, importante flanco de combate federal, em um determinado momento da luta. Além desta, outras fundamentais ações dos exércitos varguistas aconteceram na Frente Sul, sob o comando do general Valdomiro Castilho de Lima. A frente Leste, liderada por Góes Monteiro, tinha outros relevantes militares que estavam à frente das operações e não somente os que aparecem como líderes destes

42 Arquivo Histórico do Exército. Fundo Revolução Constitucionalista de 1932. Caixa 4.983.

destacamentos. Essas tropas possuíam grande mobilidade e recomposição, já que a guerra, muitas vezes, assumia rumos inesperados. O Destacamento do Tenente-Coronel Newton Cavalcanti foi criado para vencer a última grande resistência paulista no Vale do Paraíba, a cidade de Cachoeira, e unificar o poder federal nessa área do combate.<sup>43</sup> Além dessa missão, o 23º B.C. cearense esteve em combate nas cidades de Lorena, Areias, Cruzeiro, Guaratinguetá e Queluz.<sup>44</sup>

Sobre a participação do batalhão provisório cearense nas lutas, as informações apareceram nos jornais quando estes regressaram ao Ceará. Longas entrevistas, nas quais descreviam suas atuações e impressões sobre a guerra, foram feitas com alguns participantes. Nestes depoimentos, não aparecem relatos sobre as dificuldades materiais enfrentadas no que se refere à falta de alimentação, transporte, falta de equipamento ou até mesmo o frio. Como se sabe, estes foram problemas constantes nos dois lados da luta.<sup>45</sup> Também não são descritas derrotas substantivas ou falhas estratégicas. Mesmo assim, a partir dessas fontes, e de parte da bibliografia, é possível traçar o caminho de luta das forças cearenses.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o batalhão cearense recebeu equipamentos e armamentos novos, sendo incorporado ao 3º Regimento de Infantaria (R.I.), sob o comando do Coronel Daltro Filho. Quatro dias depois, partiu pela Estrada de Ferro Central do Brasil em direção ao *front* de batalhas. Passando por Barra Mansa, Mogiana e Sapucaí, as tropas desembarcaram na estação de Ataliba Nogueira, onde aconteceram os primeiros combates. Nas primeiras horas, dois aviões paulistas iniciaram um bombardeio, atirando entre 15 e 20 bombas, mas foram rechaçados por artilharias de metralhadoras. Depois desse primeiro combate, com saldo de dois feridos, continuaram a viagem para Itapira.

Esta cidade já era campo de batalhas há alguns dias, estando os rebeldes em seus arredores. As forças federais marcharam para o combate, que teve no comando a presença do Coronel Eurico Dutra e do Tenente-Coronel Benjamim Vargas, irmão do presidente. Por mais de um dia, com intensas batalhas de metralhadoras e fuzis, as tropas guerrearam ferrenhamente, saindo vitoriosas as forças federais. Depois desse “batismo de fogo”, no dia seguinte, as forças rumaram em direção ao Morro do Gravi, onde, novamente, aconteceram intensos combates, com cavalaria, infantaria, artilharia e aviação. Uma longa batalha, que durou das nove da manhã até o final da tarde do dia 4

43 HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 143-144.

44 Jornal *O Povo*, 19 de setembro de 1932.

45 Ver HILTON, Stanley. Op. Cit., principalmente capítulos 5, 6, 7, 8 e 9.

de setembro, as forças varguistas venceram. Neste combate, além da prisão de mais de 400 soldados constitucionalistas e da apreensão de 25 caminhões inimigos, foi noticiado o ferimento de um dos oficiais líderes das tropas cearenses, Jeová Mota, que não participou mais das operações. A batalha seguinte foi em Mogi-Mirim, sendo vencida sem maiores resistências. Depois de um dia de folga, as forças cearenses foram em direção à zona da cidade de Serra Negra, visando Brumado. Antes de chegar a seu objetivo, outro combate sangrento aconteceu nas proximidades da Fazenda Santa Maria, ocorrendo durante horas de uma longa guerra de trincheiras. Mais uma vez vitoriosos, os cearenses sofreram suas primeiras perdas: um soldado ferido e dois mortos, sendo estes sepultados em terras paulistas.

Depois de alguns dias, foi a vez do combate em Amparo, marcado pelo avanço das tropas enquanto aviões bombardeavam a cidade. Logo depois desta, em Pedreiras, a luta durou cinco dias, falecendo mais um combatente cearense, também enterrado nos campos de luta. Depois de dias resistindo aos ataques dos rebeldes para reconquistarem as suas posições, as tropas foram tomar as cidades de Coqueiro, Campinas e Itu, regressando, no dia 10 de outubro, oito dias depois da data oficial do armistício, ao Rio de Janeiro, de onde retornaram para a terra natal.<sup>46</sup>

Como saldo final destes dias de luta, houve seis feridos e três mortos: José Bezerra de Araújo, Joaquim Gonçalves da Silva e Vicente Bezerra da Silva. Este trabalhava como “chauffeur” de praça quando alistou-se no batalhão para guerrear em São Paulo. Sua mulher recebeu da Associação dos Chauffeurs a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Estiveram presente na entrega do pecúlio representantes da Interventoria.<sup>47</sup>

Por mais que os dados oficiais sobre guerras mensurem sua importância, suas batalhas, suas vitórias e derrotas por números, não se pode esquecer que eram pessoas que formavam as diversas fileiras de combates, onde a esperança do retorno para a casa e o medo da sepultura identificada no *front* estavam irmanadas no seu dia-a-dia. Na maioria das vezes, seus nomes nunca serão lembrados pelos compêndios oficiais que registrarão as glórias das guerras de que participaram. Esses combatentes eram indivíduos que tinham família, trabalho, sociabilidades que, *a priori*, não possuíam ligação alguma com o alistamento em um combate bélico de grandes proporções. Possivelmente, a maioria deles nunca foi capaz de imaginar que isso poderia acontecer, e que suas vidas estariam ligadas à

<sup>46</sup> Para essa descrição, utilizo entrevistas publicadas em Jornal *O Povo*, 25 de outubro de 1932 e Jornal *O Nordeste*, 29 de Outubro de 1932, além de HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 101-150 e BEZERRA, Gregório. Op. Cit. pp. 220-223.

<sup>47</sup> Jornal *O Povo*, 09 de dezembro de 1932.

guerra que mudou os rumos do Governo Vargas e da República brasileira.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930 – 1945. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunho do poder. In: GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.
- ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933.
- HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LOPES, Raimundo Helio. O Ceará e a Revolução Constitucionalista de 1932: algumas considerações sobre política, mobilização e seca. In: **Moanga. Revista dos alunos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará**. Vol. 01, N. 2, 2007.
- \_\_\_\_\_. [O que faz de uma guerra uma guerra nacional? Algumas considerações sobre a Guerra de 1932 e o Ceará](#). In: **Ameríndia. Revista dos Alunos do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará**. Vol. 06, N.6, 2009.
- \_\_\_\_\_. A cidade e A guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932. **Revista Mosaico: revista discente do PPHPBC do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV**. V.1, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”: regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de mobilização cearense durante a Guerra de 1932.



**Espacialidades - Revista Eletrônica do Mestrado em História da UFRN. V.2, 2009.**

- McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.



# Livro em Destaque



**NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÒ Luiz Alberto. O Continente em Armas: Uma História da Guerra no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.**

Produzido por especialistas em diversos períodos e temas relacionados com a história do Rio Grande do Sul, o livro traz numa linguagem agradável e acessível, mas sem perder o rigor metodológico, uma abordagem sobre diversos conflitos armados ocorridos na região sul do Brasil, desde o século XVIII, até a década de 1930. Entre outros assuntos, são narrados, interpretados e discutidos alguns dos episódios mais marcantes da história brasileira, como a Guerra dos Farrapos e a Guerra do Paraguai.

O sumário da obra é o seguinte:

- Prefácio de Temístocles Cezar. A morte nos olhos ou a arte de pintar batalhas.
- Episódios da rebelião na fronteira: A Guerra Guaranítica (1753 – 1756), por Eduardo S. Neumann. Rivalidades ibéricas no sul da América Portuguesa (1762 – 1801), por Fábio Kuhn
- A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino, por Fabrício Prado
- Fronteiras em conflito no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande, por Cesar Augusto Guazzelli.
- O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai, por Jonas Moreira Vargas.
- Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano
- Pro patria mori: fundamentos históricos do patriotismo, posfácio de Carla Brandalise.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

### **Eduardo Santos Neumann**

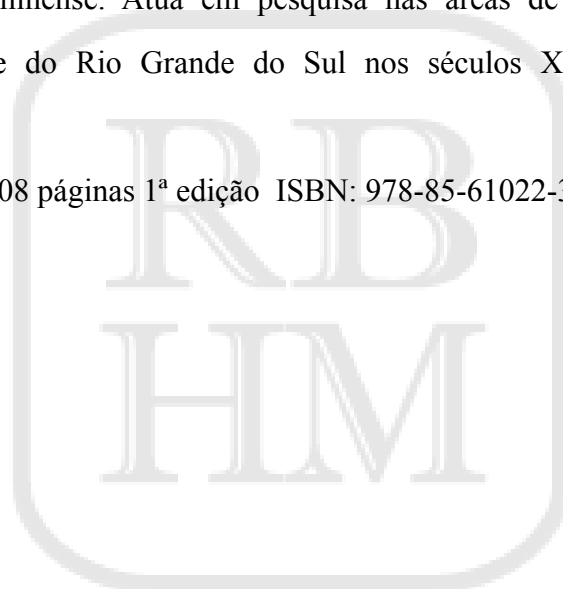
Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua em pesquisa na área de história da América colonial, com ênfase nas populações ameríndias da região platina.

### **Luiz Alberto Grijó**

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atua em pesquisa nas áreas de história social da política, especialmente do Brasil e do Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, e historiografia.

**Ficha técnica:** Brochura, 208 páginas 1ª edição ISBN: 978-85-61022-32-7

**Preço médio:** R\$ 38,00





Revista Brasileira de

# História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.